

Profundo desgaste político do governo federal junto à opinião pública, fragilização de sua capacidade de governar, expressivos movimentos sociais de resistência frente à deterioração da situação econômica e social e iniciativas no âmbito institucional, lideradas pelo bloco de oposição democrática-popular, que questionam o próprio mandato do FHC. Esses elementos estão se combinando de forma inédita neste segundo semestre de 1999, abrindo uma conjuntura muito favorável para a esquerda brasileira.

A Marcha dos 100 mil a Brasília que acontecerá neste 26 de agosto será o momento alto de um processo deflagrado nos fóruns de articulação dos partidos de oposição e dos movimentos sociais combativos. Sua combinação com iniciativas no campo institucional, exigindo a instalação de uma CPI da privatização das telecomunicações e de um processo por improbidade contra o presidente da República, são expressão de um grau importante de acordo na bancada de oposição sobre a necessidade de confrontação com o governo federal, chegando ao questionamento do segundo mandato de FHC.

Mas não será no terreno institucional que será definido o processo. Tanto o Congresso Nacional como o Judiciário têm sido coniventes com o Executivo, ignorando todas as gritantes evidências de corrupção e improbidade administrativa do governo FHC. A batalha principal será nas ruas, quem definirá o rumo será a própria opinião pública e a mobilização popular.

As condições para aumentar a pressão popular sobre os poderes estão sendo colocadas. Nunca, ao longo de todas esta década neoliberal, ficou tão evidente para a população o fracasso do modelo econômico imposto à nação. A privatizações de empresas públicas têm trazido deterioração dos serviços e aumento das tarifas, além de demissões em massa. A concessão das rodovias a empresas privadas encareceu os pedágios. O sucateamento dos serviços públicos gratuitos abriu espaços para abusos cada vez maiores das empresas que atuam na saúde e educação pagas.

O real explodiu em janeiro passado, mas o pior ainda não passou. A economia brasileira servia de muleta para a Argentina que na sequência viu aprofundar sua crise.

A política econômica não tem nenhuma resposta para o drama do desemprego. É isso que está sendo reconhecido com a abertura de "frentes de trabalho" nos grandes centros urbanos. No campo, o número de famílias assentadas sequer compensa o contingente dos que vêm sendo expulsos da terra pelos efeitos da própria política econômica.

A "guerra fiscal" entre Estados, visando "atrair investimentos",



AUMENTA A PRESSÃO SOBRE FHC

WALTER PINHEIRO

deflagrada num cenário de recessivo, tem significado apenas maiores lucros para as empresas, sem criação de novos empregos no país (ao contrário, em geral, os "novos empreendimentos" abrem menos postos de trabalho que aqueles que são fechados na região da qual a empresa se retirou).

MOBILIZAÇÕES DE MASSA

Nesse contexto, têm surgido mobilizações importantes neste segundo semestre. Aumentaram as ocupações de terra e se agudizaram os enfrentamentos no campo. A

Marcha Popular pelo Brasil, iniciada no passado 26 de julho no Rio de Janeiro e que deve chegar em outubro a Brasília, é a mais importante iniciativa do MST dos últimos dois anos. Além de incidir sobre a pauta política nacional, será um instrumento para questionar a estratégia de FHC do "Novo Mundo Rural" e do "Banco da Terra" que aplicadas levariam à inviabilização da política de reforma agrária.

A greve da Ford-Ipiranga (SP), malgrado a direção do sindicato pelego, é outro sintoma importante. A resistência organizada pela Comissão de Fábrica (que é cutista) questiona a "guerra fiscal" e o de-

semprego que dela resulta.

A greve dos caminhoneiros autônomos, ocorrida no final de julho, é emblemática da nova situação. Trata-se do primeiro movimento realizado por um setor de pequenos empresários de enfrentamento aberto e de massas com o governo federal. O grau de adesão alcançado mostra a perda de capacidade de hegemonia do projeto de FHC, obrigado a recuar.

É nesse contexto que se desenvolve a crise do governo. Recentemente um analista comparou o quinto ano de FHC, primeiro do segundo mandato, com o quinto e último do Sarney. De fato, dez anos

atrás a burguesia também vivia um esgotamento do seu projeto econômico. A política econômica, sem rumo, limitou-se então ao "feijão-com-arroz", para conseguir chegar ao final do mandato. Em 1999, o plano real faliu, mas o governo FHC não tem outro. A política de Malan e Fraga é de um novo "feijão-com-arroz", mas diferentemente de Sarney dez anos atrás, FHC está no seu "primeiro ano" de governo!

FALTA DE RUMO

É esta percepção da falta de rumo que tem levado a base governista à uma luta interna sem fim entre seus principais partidos. FHC tem tentado maquiar as coisas com a tal "agenda positiva", mas a verdade é que os "temas nobres" da pauta do Congresso, como as reformas tributária e do judiciário não sairão do lugar neste segundo semestre. A iniciativa demagógica de Antonio Carlos Magalhães de "combate à pobreza" embaralhou ainda mais o debate, ao mesmo tempo que expressava o desespero de um dos pilares desse governo por se separar sua imagem política da de um governo que gera pobreza sistematicamente. A reforma ministerial, que seis meses depois de iniciado o segundo mandato, seria o ponto de partida para resolver a crise na base do governo, se mostrou pífia e frágil.

Um dos principais desafios para a oposição é aproveitar essa crise de governabilidade e o aumento da insatisfação popular, para barrar processos em curso, como as novas privatizações, a aplicação do acordo com o FMI e o aperto fiscal sobre Estados e Municípios.

A questão é particularmente importante porque uma frente de novas turbulências econômicas se aproxima, já que em setembro/outubro, vencem compromissos das dívidas interna e externa, e o compromisso do governo é enfrentá-la com uma última onda de privatizações.

Para barrar esses processos é necessário combinar mobilizações e ação institucional, e para tanto o PT e os partidos de oposição têm um papel insubstituível.

O governo está chegando no seu limite. O desafio para o PT e a oposição é mostrar que improbidade nos processos de privatizações e descalabro da política econômica são duas facetas da mesma política neoliberal. Não podemos dissociar o embate pela "ética na política" do enfrentamento do modelo. Esobretudo, temos que mostrar à população os fortes vínculos que devem ser construídos entre a luta pelo fim do governo FHC e a proposta de um verdadeiro projeto alternativo, de um governo democrático-popular.



NESTA EDIÇÃO

A RODADA DO MILÊNIO

Enquanto a OMC prepara um novo assalto à soberania dos povos, a reunião da Attac organiza a resistência às iniciativas das grandes corporações.

PÁGINAS 8 E 9

UM PAINEL DA LUTA CONTRA O DESEMPREGO NO BRASIL, FRANÇA E ARGENTINA. PÁGINAS 4 E 5

ELVINO BOHN GASS DEFENDE A PROIBIÇÃO DOS TRANSGÊNICOS NO RIO GRANDE DO SUL PÁGINA 16

WALTER PINHEIRO É DEPUTADO FEDERAL PELO PT-BA



GRITO DOS EXCLUÍDOS

No dia 07 de setembro próximo acontece pelo quinto ano consecutivo no Brasil o Grito dos Excluídos. O lema deste ano é "Brasil: um filho teu não foge a luta". O grito é promovido por pastorais e organismos da Igreja Católica e entidades como CMP, MST, CUT, CNTE, MPA e CONTAG.

O Grito quer ser um momento de denúncia do modelo de desenvolvimento que atenta contra a soberania nacional, levando o país ao caos; contra o pagamento da dívida externa; contra a política entreguista das privatizações; e contra a ingerência do FMI na condução da política econômica nacional. E, principalmente, quer ser um basta ao crescente desemprego que penaliza sempre os mais pobres, deixando-os cada vez com

menos esperança.

São, entre outras, propostas do Grito: a reforma agrária e uma política agrícola que priorize a agricultura familiar; a distribuição de renda e dos meios de produção; a redução da jornada de trabalho sem redução de salários; e a erradicação do trabalho infantil.

Em São Paulo deve ser realizada uma grande manifestação no Palácio do Ipiranga. E em Aparecida acontecerá a 12ª Romaria do Trabalhador organizada pela Pastoral Operária, Pastoral dos Migrantes, CPT e CIMI.

Maiores informações, assim como os materiais para divulgação, podem ser obtidos na Secretaria do Grito dos Excluídos: fone e fax: (011) 2720627; e-mail: pastmigma@usway.com.br.

Marcha Popular pelo Brasil

No dia 26 de julho passado partiu do Rio de Janeiro a Marcha Popular pelo Brasil organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Consulta Popular. Com apoio dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, trata-se da mais importante iniciativa do MST dos últimos dois anos e utiliza a mesma metodologia da Marcha anterior (de 1997) de aproveitar a caminhada para discutir com a população dos povoados e cidades do caminho e para dar uma dimensão nacional às re-

vindicações do movimento.

Essa iniciativa acontece num momento importante, quando o governo FHC tenta, através do "Novo Mundo Rural" e da repressão direta e violenta ao MST, isolar e fazer recuar esse que é o movimento social mais ativo desta década. Os 1.100 participantes da Marcha deverão chegar a Brasília em outubro, onde se espera a reedição da gigantesca manifestação popular que, em 1997, recebeu a marcha anterior organizada pelo MST.

Nos

JORNAL EM TEMPO É UMA
PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA
SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS
HENRIQUE ÁRABE ÁRABE, GUSTAVO CODAS E CACO BISOL.
TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL.
FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 06 DE AGOSTO.

Juntos, agir contra a guerra

"Aminhar" primeira recomendação é trabalhar coletivamente. É um problema muito difícil e penso que cada um de nós está dividido, cada um tem pensamentos contraditórios, cada um de nós preferia por vezes o silêncio. O coletivo é importante para, apesar de tudo, encontrarmos coragem de dizer coisas e para tentar dizer coisas controladas pela competência de outros.

Que programa poderá ter este grupo de trabalho? Há um certo número de objetivos simples:

- um trabalho de investigação e de informação. Os jornalistas começam a reconhecer que não tem acesso às realidades. Mas, continuam a falar. Portanto, trata-se de fazer um trabalho de história imediata, uma espécie de AFP livre e crítica, cada um enviando as suas informações;

- um observatório da mídia consagrado principalmente ao que se diz e ao que não se diz sobre Kosovo, que fará a crítica da linguagem;

- um trabalho de análise crítica e multidisciplinar, com economistas, historiadores, juristas, etc. Todos temos a intuição que existe uma ligação entre o movimento em direção ao neoliberalismo generalizado e estas guerras locais, entre a concentração capitalista e a miopia nacionalista. Podemos estabelecer esta relação graças a trabalhos já feitos sobre a ligação entre o FMI e a desintegração da Iugoslávia ou outros desmontamentos...

- uma investigação ético-jurídica sobre o direito universal ou, dir-se-ia, sobre a subordinação da polícia à justiça. Podemos continuar a aceitar os EUA como

polícia do mundo? Como definir a ingerência e os limites da ingerência? Como discutir racionalmente a soberania? Seria necessário dar um conteúdo jurídico aos nossos estados de alma éticos e dar fundamentos históricos e jurídicos sérios a essa idéia de direito universal..."

Pierre Bourdieu, no Rouge

Crise social-democrata

Nem a guerra dos Balcãs, nem as abstenções, que foram o traço marcante das eleições para o parlamento europeu em junho, escondem a forte derrota eleitoral da social-democracia. Mas ela é o resultado de um movimento político decisivo que — fruto tanto das iniciativas de Schröder e Blair como das respostas à guerra dos Balcãs — está impondo um novo consenso nas direções social-democratas. Trata-se fechar a página da "Europa social" para afirmar o poderio da União Europeia, o que se expressa na "defesa comum", na consolidação da hegemonia sobre o Leste Europeu, nas políticas de austeridade e na tentativa de criar uma nova capacidade de decisão na cúpula da UE (a "reforma institucional"). O socialista francês Lionel Jospin, apesar das diferenças ideológicas com os líderes social-liberais (que são também respaldados por D'Alema, do PDS italiano), integra plenamente este projeto. O posicionamento neoliberal cada vez mais claro da social-democracia provoca um pane estratégico nas relações com sua base social (e em particular com o movimento sindical). O resultado eleitoral mostra que o balanço (anti)-social dos partidos social-democratas e da União Europeia está no centro da situação política e das preocupações das populações do continente.

KOSOVO: ALGUMAS CITAÇÕES

Prof. Pradetto (Escola Superior da Bundeswehr em Hamburgo):

"O único protagonista do sistema internacional que na prática reivindicou para si um 'direito de ingerência humanitária' foi a Alemanha nazista, principalmente na sua agressão contra a Tchecoslováquia em março de 1939 a pretexto dos interesses dos alemães dos Sudetos".

William Barr (Vice-ministro da Justiça dos Estados Unidos):

"Mais de acordo com o verdadeiro sentido do direito internacional é a conclusão de que o Presidente dispõe de autoridade para se libertar do direito consuetudinário internacional".

Daniel Moynihan (Ex-embaixador dos EUA na ONU):

"O Presidente pode violar a lei se estiver disposto a arcar com as conseqüências e — quem sabe — talvez todos nós nos habituemos a isso".

Bill Clinton (Discurso em 17/4/99):

"O empenho dos EUA nos Balcãs não vai acabar com a pacificação de Kosovo... [A independência de Kosovo é indesejável porque] o direito de um Estado moderno à existência já não pode resultar simplesmente da nacionalidade dos seus cidadãos. Os Balcãs não podem continuar a ser pulverizados em Estados independentes cada vez menores e definidos segundo critérios étnicos".

Gore Vidal (Entrevista em 2/6/99):

"Gastamos mais em armamentos do que todos os outros países ocidentais somados. Para isso são precisos bons inimigos. Assim se inventou o 'inimigo do momento'... Num dia Noriega, noutro Gaddhafi, depois Saddam Hussein... Milosevic pelo menos detesta as pessoas que mata, ao passo que nós (norte-americanos) nem sequer conhecemos as nossas vítimas... Os EUA são hoje um Estado policial".

Wjatscheslaw Nikonow (Entrevista ao suplemento militar do jornal moscovita Nesawissimaja Gaseta em 9/6/99):

"Quando a Iugoslávia ainda estava no princípio da sua desagregação, Milosevic foi a Washington, onde o então presidente Bush viu nele o 'Lincoln iugoslavo', com a missão de manter a Iugoslávia unida. Milosevic recebeu assim o aval americano para uma atuação militar. O posterior reconhecimento da Eslovênia, Croácia e Bósnia pelo Ocidente foi obviamente uma grande surpresa para Belgrado. Os americanos tinham feito uma guinada de 180 graus sob a influência da Alemanha".

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Nesta edição: *Para onde vai o desenvolvimento?*, de Carlos Henrique Árabe e *Trabalho e emancipação*, de Daniel Bensaid.

PACTO FEDERATIVO E GUERRA FISCAL

No dia 15 de janeiro deste ano, o Governo Democrático e Popular no Rio Grande do Sul surpreendeu o país ao depositar em juízo a primeira parcela de sua dívida com a União. Ao ir ao Supremo Tribunal Federal questionar o contrato de renegociação da dívida assinado pelo governo Britto, o governo gaúcho pautou no cenário nacional o debate em defesa do pacto federativo.

Cláusula pétrea da constituição brasileira desde 1891, o federalismo mantém-se imune ao poder de emenda, o que é registrado no artigo 60, parágrafo 4º, inciso I da Constituição Federal de 1988. A forma federativa estabelece a repartição de competências entre União, estados e municípios, de forma que seja preservada a autonomia e auto-organização dos entes federados. Tudo em nome do direito de autogoverno das diversas culturas regionais que formam nosso país. Significa dizer que não existe hierarquia entre o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos.

No entanto, o que vemos no país é a tentativa do Presidente da República de impor aos estados o seu receituário neoliberal. Não basta a FHC privatizar a Vale do Rio Doce, a Telebras, e quem sabe, a Petrobras e o Banco do Brasil. O grande imperador precisa impor ao Rio Grande do Sul a venda do Banco do Estado, da Companhia Estadual de Saneamento e de outras estatais. É isso que está determinado no contrato de renegociação da dívida assinado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul com FHC por imposição do FMI. Nele, o Estado compromete-se a repassar à União 13% de sua receita para pagar a dívida, quando historicamente o Rio Grande do Sul comprometeu entre 6% e 8%. E mais: se não vender as estatais mencionadas esse comprometimento passa para 17% da sua receita.

A renegociação das dívidas estaduais é apenas um capítulo dos desmandos autoritários de um presidente da República que governa a base de medidas provisórias, chegando a editar 16 medidas provisórias em um único dia. Ressalta-se aqui a medida provisória que permite aos estados abater das parcelas da dívida, os gastos com demissão de servidores.

GUERRA FISCAL

Outra recente intervenção do Monarca FHC é constatada no episódio Ford. O presidente da República entra na guerra fiscal ao garantir incentivos e isenções para a segunda maior montadora do mundo instalar-se na Bahia de Antonio Carlos Magalhães. Serão R\$180 milhões de impostos que deixarão de ser arrecadados para favorecer uma multinacional que faturou US\$144 bilhões no ano passado (Ford norte-americana) e teve um lucro de US\$ 22 bilhões.

A guerra fiscal é um reflexo direto da falta de política de desenvolvimento do governo Federal, que nos últimos anos não teve a cautela de preservar a receita dos estados. Como não há uma política de desenvolvimento industrial no país, ela acabou sendo substituída pela renúncia das receitas fiscais. Curiosamente, seus defensores são os mesmos que pregam o "estado mínimo".



A economia gaúcha, por exemplo, foi muito atingida por esse processo, especialmente porque tem seu PIB vinculado, em cerca de 70% ao *agrobusiness*. Isso sem mencionar os prejuízos sofridos com a Lei Kandir, onde a perda de receita gaúcha já soma R\$ 750 milhões.

Desde o primeiro dia do atual Governo, o Rio Grande do Sul deixou claro que não compactuará com essa guerra insana. Todo incentivo que não tiver aprovação unânime do Conselho Nacional Fazendário será questionado no Supremo Tribunal Federal. A primeira vitória gaúcha neste sentido ocorreu no mês de junho, quando o STF, por unanimidade, concedeu liminar ao Rio Grande do Sul suspendendo o Decreto nº 43.846 do Estado de São Paulo, que estipulava alíquota 0% de ICMS aos estabelecimentos abatedores de frango. O Rio Grande do Sul também questiona a redução de ICMS para os automóveis no Estado de São Paulo. Curiosamente, as duas ações diretas de inconstitucionalidade são movidas contra o Estado em que seu governador, Mario Covas, tentou passar por contestador da guerra fiscal, no episódio Ford. Ainda que seja dispensável relatar aqui quantos trabalhadores essa montadora tem desempregado no últi-

mo ano no Brasil, não custa comparar os 2.800 demitidos nos últimos meses com os hipotéticos 1.500 empregos no Rio Grande do Sul.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O debate sobre a reforma tributária, necessariamente, deve partir do pressuposto que não se pode aumentar a carga sobre o cidadão. Ela deve, na sua essência, reafirmar a autonomia dos entes federados, tanto estados, quanto municípios.

Atualmente, 56% da massa de tributos arrecadados ficam na União Federal, enquanto 27% ficam com os Estados e 17% com os Municípios. O Brasil, como República Federativa, que se organiza compartilhando competências, deve garantir o exercício dessas competências em sua plenitude, assegurando a capacidade de arrecadação de tributos e a constituição de receitas próprias, de tal forma que estados e municípios possam implementar as suas atribuições.

Contudo, não é isto que acontece hoje no Brasil. A atual reforma tributária vem sendo proposta no sentido contrário à afirmação do pacto federativo, onde a maioria das posições vão exatamente no sentido aumentar a centralização em Brasília. A proposta do Planal-

FHC PROMOVE UMA CENTRALIZAÇÃO CADA VEZ MAIOR DE RECURSOS NA UNIÃO, OBRIGANDO ESTADOS E MUNICÍPIOS A MENDIGAREM FAVORES EM BRASÍLIA.

PAULO TORELLY

to de extinguir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados, o Imposto sobre Serviços (ISS) dos municípios e fundi-lo com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em um único imposto arrecadado pela União (o Imposto sobre Valor Agregado) e repartido com os estados busca exatamente fazer com que os entes federados, mais ainda, "andem de pires na mão" mendigando favores ao governo federal.

Outro exemplo foi a Emenda Constitucional nº 3, concebida pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Ela extinguiu o adicional do Imposto de Renda, que era da competência dos Estados e jamais chegou a ser implementado. Além disso, ainda foi criada a CPMF, em favor da União, sem a participação de estados e municípios.

A centralização cada vez maior de recursos na União traz um desdobramento óbvio, que se verifica na prática: o Governo Federal, a partir de acordos que faz com o FMI, acaba assumindo compromissos e se vale da supremacia econômica para impô-los aos demais entes federados, como vimos nos contratos de renegociação das dívidas e na própria medida provisória que incentiva a demissão de servidores.

Não se pode falar seriamente em reforma tributária sem garantir a progressividade dos tributos. Hoje, a alíquota maior do Imposto de Renda, de 27,5%, atinge todos os setores que recebem mais de R\$ 1.800, incidindo igualmente tanto sobre os setores médios, os assalariados, quanto as maiores fortunas no país. Temos uma realidade extremamente injusta: um assalariado de classe média acaba contribuindo com a mesma alíquota que os detentores das grandes fortunas no país, enquanto até hoje não foi disciplinado o imposto sobre grandes fortunas, conforme estabelece a Constituição Federal.

O debate da reforma tributária não pode ser feito sob a ótica da centralização, da regressão dos tributos, fazendo com que aqueles que ganham menos acabem pagando mais. Ao mesmo tempo, deve conter a preocupação de assegurar uma maior participação dos estados, preservando sua autonomia, principalmente para exercer o direito até mesmo de ter uma política de desenvolvimento contrária a do Império e que afirme os valores de solidariedade e justiça social.

PAULO TORELLY É MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT/RS E PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RS

RETOMAR A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Nas primeiras batalhas da guerra contra as privatizações colecionamos derrotas. Não conseguimos vencer um debate desigual e nada democrático. O grande mote do discurso privatista era a ineficiência das estatais e de seus serviços, que só poderia ser resolvida com a privatização.

Depois da reeleição de FHC, e devido à experiência concreta com os serviços já privatizados, podemos afirmar que o quadro se modificou bastante. Os apagões em diversas cidades e, recentemente, o colapso dos serviços privatizados de telefonia são um retrato da tragédia das privatizações à brasileira. São fatos que permitem colocar o debate sobre as privatizações em outro patamar, demolindo vários mitos privatistas e neoliberais.

Na situação colocada, devemos travar o debate sobre as privatizações no Brasil centrando nossa argumentação tanto nos aspectos políticos e ideológicos (qual o papel que o Estado deve desempenhar na economia) e quanto na honestidade e transparência do processo.

A possibilidade de privatização do que resta do sistema financeiro público vem fazendo com que o movimento sindical bancário se organize para a grande batalha contra a venda do BB, da CEF, do Banespa e dos bancos federais regionais (Basa e BNB). Foi criado um Comitê Nacional Unificado em Defesa dos Bancos Públicos e já foram criados Comitês Estaduais em 21 unidades da Federação.

Porém, é preciso fazer com que a luta contra as privatizações seja mais do que uma luta sindical em defesa dos empregos existentes nas empresas privatizáveis. Ela deve ser uma luta mais geral da classe trabalhadora e dos setores progressistas da sociedade contra a apropriação do patrimônio público por meia dúzia de tubarões capitalistas, a um preço aviltado.

A politização do debate sobre as privatizações é essencial para que possamos acabar com a imagem de que estamos defendendo "cabides de emprego" e marajás. Algumas iniciativas merecem registro, como o MUCAP (Movimento Unificado contra as Privatizações) de Santa Catarina, que tem sido uma pedra no sapato dos governos neoliberais daquele Estado. Trata-se de uma frente que congrega sindicatos e outras entidades da sociedade civil, com o único objetivo de inviabilizar as privatizações propostas no Estado e fazer o debate contra o neoliberalismo.

Entretanto, há contradições que devem ser resolvidas no campo dos trabalhadores. Uma delas, bastante complexa, é a participação dos fundos de pensão nos leilões de privatização, sempre subordinados aos consórcios dos tubarões e sem levar em conta que recursos dos trabalhadores estão sendo utilizados para a viabilização de uma política contrária aos seus interesses. O pior é que essa participação se dá com o apoio da maioria dos representantes dos empregados na direção dos fundos, o que já vem gerando um acalorado debate em alguns segmentos, como o funcionalismo do Banco do Brasil, cujo fundo de pensão, a Previ, é o maior investidor institucional no mercado de capitais no Brasil.

Tivemos derrotas, mas a luta não acabou. A onda neoliberal pode estar se esgotando em nosso país, mas só venceremos se tivermos a coragem de reafirmar nossas posições históricas de defesa dos trabalhadores e de um projeto socialista, que seja o oposto do neoliberalismo.

Gerardo Santiago é membro da executiva da Confederação Nacional dos Bancários da CUT.

ORGANIZAR OS DESEMPREGADOS É UMA DAS CHAVES NA LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO. AQUI UM PAINEL DESTAS EXPERIÊNCIAS.

GUSTAVO CODAS

O projeto neoliberal provocou amplas alterações no mercado de trabalho e na configuração da sociedade brasileira nos anos 90. A precarização do emprego e o desemprego são, sem dúvidas, duas das principais facetas desse novo desenho. Porém, os trabalhadores precarizados e os desempregados urbanos, dois dos contingentes sociais que mais crescem no Brasil da década neoliberal, não estão organizados nem mobilizados sob influência da esquerda. Por que? O que falta para que partidos de esquerda e movimentos sociais incorporem a esses setores e os mobilizem? Este é um dos "enigmas" que devemos resolver para responder ao desafio neoliberal.

A urgência desse debate é reforçada por dados apresentados por Claudio de Decca, professor da Unicamp, em recente seminário realizado pela CUT. Até 1996, 80% dos trabalhadores que eram demitidos no mercado formal de trabalho iam parar na economia informal. Perdiam direitos, passavam a viver em permanente instabilidade, mas mantinham alguma fonte de renda. A partir de 1997, no entanto, 80% dos novos demitidos engrossaram diretamente a massa de desempregados da sociedade brasileira.

No período de grande aumento do desemprego que o país viveu na década de 1980, as coisas eram, todavia, bastante diferentes. Em 1981-83, como seqüela da crise da dívida externa, o governo militar jogou o país na recessão e aconteceu uma abrupta elevação do desemprego. Houve grande agitação entre os desempregados, sobretudo em São Paulo, com quebra-quebras, saques de lojas, acampamentos de desempregados e tentativas de organização desse setor. Se olharmos para a taxa de desemprego, o quadro dos anos 90 é muito mais grave que aquele de 1981-83. No entanto, não gerou, uma reação semelhante entre os desempregados urbanos nem na esquerda sindical.

O agravamento da crise em começo deste ano está fazendo com que governos conservadores (como Pitta e Covas, na cidade e no Estado de São Paulo, respectivamente) implementem "frentes de trabalho" urbanas para dar renda aos desempregados que não têm cobertura do seguro-desemprego.

Ao mesmo tempo, o sindicalismo, que não tinha mostrado maior interesse em organizar os desempregados ao longo da década, descobriu recentemente que esse segmento poderia ser uma fonte de renda para o sindicato. Projetos financiados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) na área da formação profissional ou de intermediação de mão-de-obra ganharam centralidade na agenda sindical (ver página 6).

No entanto, lentamente, vão aparecendo iniciativas que buscam colocar a relação com os desempregados em outro patamar. Elas ainda são embrionárias, carecem de uma organização nacio-

A LUTA CONTRA



nal que as impulse, estão dispersas e têm sido pouco potencializadas. Mas indicam potencialidades e evidenciam a falta que faz um "MST dos excluídos do mercado de trabalho urbano".

A CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A Campanha da Fraternidade realizada pela CNBB (Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil) teve como centro, este ano, a questão do desemprego. Sensibilizar para o problema e organizar alternativas são desafios que se colocou a Pastoral Operária.

Segundo Waldemar Rossi, da coordenação da Pastoral Operária, o que tem ocorrido em vários lugares, "a partir do primeiro momento de conscientização, é que vários grupos de desempregados estão sendo organizados nas comunida-

A EXPERIÊNCIA ARGENTINA

O projeto neoliberal de Menem aumentou vertiginosamente o desemprego na Argentina nos anos 90. Houve, aí, revoltas populares contra essa situação. A central sindical combativa, a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), surgida em meados da década de um racha da ultra-burocratizada CGT peronista, se propôs organizar também os desempregados. A CTA lembra muito a CUT "movimentista" dos anos 80, faz congressos com 8 mil delegados e tenta integrar novos setores de trabalhadores ao movimento sindical. Quem avalia a seguir essa experiência é Oscar Martínez. Ele é sociólogo do trabalho e membro do TEL (Taller de Educación Laboral), uma ONG que faz formação e assessoria sindical para organizações sindicais de base.

CONSIDERANDO A EXPERIÊNCIA ARGENTINA, É POSSÍVEL CRIAR, A PARTIR DO MOVIMENTO SINDICAL, UMA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE DESEMPREGADOS?

A resposta não é simples. Têm sido criadas organizações de desempregados a partir do movimento sindical. Mas teríamos que avaliar sua existência real e sua capacidade de organização e mobilização. Existem no país várias organizações de desempregados, com um caráter sindical reivindicativo, mas a maioria tem um peso pequeno, em muitos casos são apêndices de partidos de esquerda que impulsionam sua política através de essas organizações.

Se a pergunta é sobre se é possível criar uma organização de desempregados que tenha peso, que organize e mobilize, a experiência argentina deixa muitas dúvidas.

QUAL É O BALANÇO DA EXPERIÊNCIA DA CENTRAL DE TRABALHADORES ARGENTINOS (CTA)?

Não conheço o balanço oficial da CTA de seu trabalho com os desempregados. O que sabemos é que muita gente que se aproximou num primeiro momento, mas depois se retirou.

A CTA trabalha quatro eixos de aglutinação: sindicatos, agrupações, desempregados e aposentados. Algumas organizações regio-

O DESEMPREGO



ERASTINO SALGADO

des. São experiências ainda pequenas. Há grupos na capital e no interior do Estado de São Paulo que buscam alternativas de geração de renda. São compostos sobretudo por mulheres. Organizam atividades econômicas em diversos ramos, como o gráfico, produção de alimentos, costura, coleta seletiva de material reciclável, serviços de conserto, hortas ou roças coletivas. O sentido é a luta pela sobrevivência."

Segundo Waldemar, "está ocorrendo um processo de conscientização de que trabalhar de forma comunitária para gerar renda é um primeiro passo. E que através do intercâmbio entre os diversos grupos, deve-se buscar uma luta maior, pela mudança da política econômica do governo, que gerou o problema". Entre outras iniciativas, no próximo 14 de agosto, acontecerá um primeiro encontro de lideranças desses grupos.

nais da CTA se propuseram a realizar o trabalho com os desempregados em um âmbito territorial, para sua integração e organização, mas isso já não seria estritamente uma organização sindical.

Por outro lado, há organizações regionais que tomaram como eixo a centralidade do trabalho, depois de terem focalizado muito, por um tempo, o eixo exclusão-inclusão.

Um aspecto que dificulta a organização dos desempregados é a rotação de trabalhadores entre a situação de emprego e de desemprego. Uma visão bastante difundida apresenta os desempregados de um lado e os empregados do outro. As estatísticas na Argentina, e creio que as de muitos países, questionam essa forma de ver as coisas. Parecem mostrar que as taxas de desemprego crescem e o tempo de desemprego individual também, mas os prazos médios que cada trabalhador permanece desempregado indica que se trata de um processo de entrada e saída. Dessa forma, a "base social" de um movimento de desempregados está em constante rotação, dificultando sua organização.

QUAIS SÃO AS REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS PARA ESSE SETOR?

A CTA tem duas linhas de reivindicações

para o problema. Uma de exigências específicas para o setor. Outra, mais estrutural, que tem a ver com o perfil da economia e com política distributiva.

As principais reivindicações são: subsídio para os chefes de família desempregados, de US\$ 500; redução da jornada de trabalho; declaração de emergência ocupacional; aumento dos recursos que o Estado investe para enfrentar o problema; derrogação de toda a legislação flexibilizadora; e políticas específicas para as pequenas e médias indústrias (que seriam as principais geradoras de emprego).

Em termos gerais, as diferentes organizações propõem estender e aumentar o seguro-desemprego. Algumas organizações, as mais combativas, propõem também a redução da jornada de trabalho. Outra reivindicação difundida se vincula às políticas de capacitação e "reconversão da mão-de-obra".

CONSIDERANDO A EXPERIÊNCIA ARGENTINA, É CORRETO PROPOR A ORGANIZAÇÃO DE DESEMPREGADOS E TRABALHADORES EMPREGADOS NA MESMA ORGANIZAÇÃO?

A grande maioria das organizações sindicais somente coloca o tema do desemprego como denúncia ou realiza propostas gerais, mas não existem políticas de organização e articu-

MOVIMENTO DE LUTA PELO EMPREGO

Outra experiência é a que surgiu na Zona Sul da cidade de São Paulo. Trata-se do Movimento de Luta pelo Emprego. Segundo nos relata um dos seus organizadores, Fernando do Ó, a idéia é juntar trabalhadores empregados e desempregados em torno de uma pauta comum.

Os desempregados "são marginalizados na sociedade, mas também no movimento sindical, já que o sindicato não se propõe organizá-los". Há uma tentativa de superar essa divisão entre trabalhador empregado e desempregado, inclusive porque quem tem emprego não tem segurança e pode sempre ser demitido.

O movimento já promoveu três manifestações de desempregados na região. Está fazendo cadastramento de trabalhadores sem emprego. Uma vez por mês realiza uma Tribuna Popular, abrindo o microfone para a população em uma praça.

Nas discussões tem se levantado uma pauta de reivindicações que inclui: vale-transporte gratuito para desempregado (há um projeto de lei apresentado na Câmara Municipal de SP pelo movimento); cesta básica; isenções das taxas de luz, água, etc. para desempregados; e renda mínima para todos. "Primeiro, há que se enfrentar o problema da fome que as pessoas estão passando. Depois reivindicar mudanças mais gerais, que apontem para resolver o problema".

A idéia é que cada sindicato e cada bairro crie um comitê de luta pelo emprego, para envolver as donas de casa, os jovens, as famílias. O movimento tem enviado algumas pessoas ao MST, já que há uma consulta aos desempregados sobre se gostariam de voltar ao campo. Os sindicatos da região têm apoiado, cedendo espaço e estrutura e há diretores sindicais envolvidos.

Ambas experiências estão buscando interlocutores em outras regiões e Estados. Nos dois casos, os organizadores acreditam ser necessário passar do atual patamar para um plano de enfrentamento político mais amplo que coloque em pauta questões como a dívida externa, a reforma agrária, as prioridades do gasto público etc. O problema é justamente como fazê-lo. Mas responder a essa questão é muito mais fácil quando se está organizando concretamente aos desempregados.

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DA CUT NACIONAL

lação dos desempregados que pertencem ao mesmo ramo de atividade de um sindicato.

E COMO TRATAR ORGANIZATIVAMENTE OS TRABALHADORES PRECARIZADOS (TRABALHO EVENTUAL, TEMPO PARCIAL, PRAZO DETERMINADO ETC.)?

Há, em relação a isso, tentativas mais concretas de organização, ainda que com resultados muito diferenciados.

Há três linhas principais. A primeira é tentar sindicalizá-los na organização. Isso tem sido possível em alguns sindicatos com alguma força e acostumados a uma sindicalização massiva (como telefônicos). A segunda é organizá-los para lutas ou reivindicações pontuais. Essa é uma política muito difundida, sobretudo nos sindicatos de base, comissões de empresa etc. Implica lutar por condições de trabalho, efetivação no posto de trabalho etc. A terceira linha tem sido levada por comissões de empresa e sindicatos progressistas que os representam e incluem em sua política, para além de sua filiação sindical. Busca-se organizá-los e defendê-los sem expô-los demasiado.

Um grande problema neste ponto é o colocado pelas diferenças ou temores que existem entre os próprios trabalhadores a partir de sua situação contratual.

A EXPERIÊNCIA FRANCESA

A França é um dos países industrializados onde a questão do desemprego está mais politizada. É também o país industrializado onde vêm sendo realizadas importantes iniciativas de organização e mobilização de desempregados. Quem nos fala da experiência francesa é Christophe Aguiton. Ele é dirigente do sindicato SUD (Solidários, Unitários, Democráticos) do setor das telecomunicações e correios da França e do movimento "Agir contra o Desemprego!" (ACI, na sigla em francês).

QUAIS SÃO AS EXPERIÊNCIAS FRANCESAS DE ORGANIZAÇÃO DE DESEMPREGADOS E TRABALHADORES PRECÁRIOS?

Nossa experiência é com a organização dos desempregados. Existem várias associações nacionais, a ACI, provavelmente a mais importante, a APEIS ("Associação para o auxílio, informação e solidariedade") e o MNCP ("Movimento nacional dos desempregados e trabalhadores precários"). Foram estas associações que organizaram os recentes movimentos de desempregados com uma central sindical, a CGT (Confederação Geral de Trabalhadores, de maioria comunista), que tem um setor "CGT-desempregados" (é a única central a fazer isto).

Os desempregados que se organizam são principalmente aqueles que avaliam que será muito difícil para eles encontrar trabalho novamente. Portanto, encontram-se, prioritariamente, nas associações e na CGT desempregados e desempregadas com uma certa idade (40 anos ou mais) e sobretudo aqueles que estão no "fim dos direitos", isto é, desempregados há muito tempo.

Hoje nosso problema é atingir os trabalhadores precários e os jovens. Temos experiências iniciais, ainda muito limitadas. No setor público (na cultura: museus e bibliotecas da França), existem lutas de assalariados precários que demandaram o apoio das associações de desempregados, o que é significativo! A ACI, em especial, reúne desempregados mas igualmente assalariados, mas iniciativas semelhantes estão presentes também em sindicatos (CGT e SUD).

A ESQUERDA DEVE INSISTIR EM QUE OS DESEMPREGADOS SEJAM ORGANIZADOS PELOS SINDICATOS/CENTRAIS, NAS MESMAS ORGANIZAÇÕES QUE OS TRABALHADORES "TRADICIONAIS"?

Não. As duas experiências são simultâneas: CGT-desempregados e associações. Estas associações podem ser apoiadas por sindicatos: no nosso caso, os SUD e a esquerda da CFDT (Confederação Francesa Democrática de Trabalhadores) militam na ACI. Acredito que é mais eficaz ter um instrumento específico, pois os desempregados que se organizam são aqueles que estão mais distantes do mundo do trabalho. Para os precários, a situação é híbrida, os sindicatos podem ter um papel mais importante.

QUAIS SÃO AS REIVINDICAÇÕES QUE MELHOR ORGANIZAM A LUTA DOS DESEMPREGADOS?

A bandeira unitária das associações e da CGT é: um emprego, um direito, um salário, um dever (*un emploi, un droit, un revenu, un dû*). Isto quer dizer, concretamente, o direito a um verdadeiro trabalho, não um "bico" precário, e o direito a um salário que permita viver de forma decente — os desempregados recebem um mínimo de US\$ 400 na França, o que permite apenas uma sobrevivência muito difícil, as reivindicações são de aumento de 1.500F por mês, ou seja, de mais US\$ 250.

O USO DE RECURSOS DO FAT PELOS SINDICATOS ESTÁ SE TRANSFORMANDO EM UMA FONTE DE BUROCRATIZAÇÃO DO MOVIMENTO

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN

Os temas da formação profissional e do sistema público de emprego tornaram-se decisivos para o sindicalismo cutista nos últimos anos. São hoje as políticas de mais visibilidade e com maiores recursos financeiros na Central e em algumas Confederações.

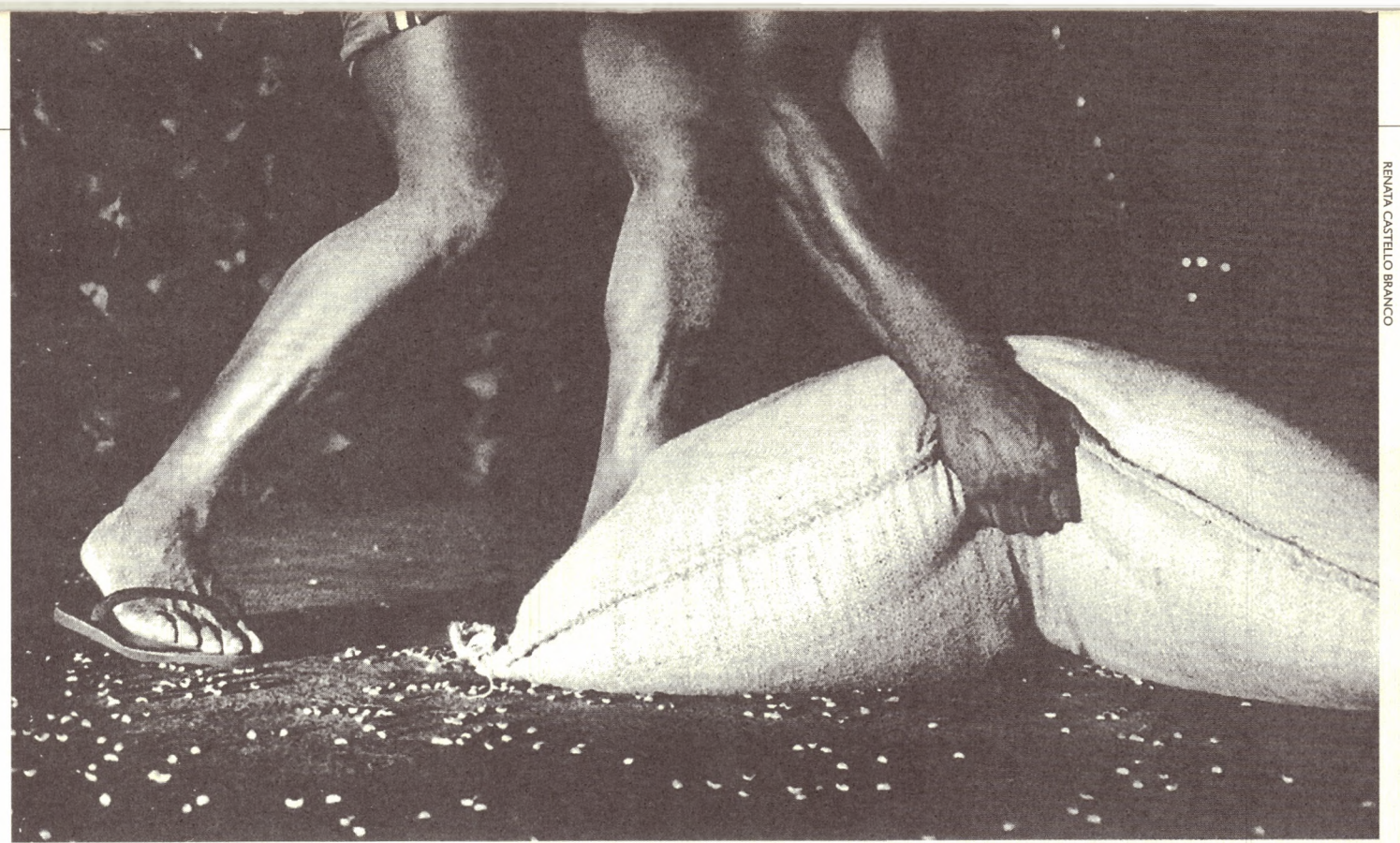
Trata-se de um fenômeno novo. Até 1994/95, a formação profissional não era um tema do movimento sindical cutista (nem nas negociações coletivas, nem como área de atuação direta). Mas, em 1993/94, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) iniciou a liberação de verbas para que se desenvolvessem programas de requalificação nos Estados, nos quais as entidades sindicais e patronais poderiam ter participação direta – inclusive administrando diretamente tais verbas.

A liberação dessas verbas estava condicionada à constituição de uma comissão de emprego tripartite estadual (com participação do governo de Estado, entidades empresariais e centrais sindicais). Já no governo FHC, o Codefat (com o voto favorável do representante da CUT) delegou à Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (MTb/Sefor) a prerrogativa de liberar recursos para projetos de âmbito nacional em negociações diretas com as centrais sindicais, entidades nacionais etc. Recentemente, o ministro Dornelles liberou R\$ 16,5 milhões para projetos nacionais da CUT e suas confederações para 1999 (um valor superior às receitas ordinárias anuais da CUT). Outras verbas são, ainda, obtidas através dos Programas Estaduais de Qualificação (PEQ) das comissões estaduais de emprego.

O tema do sistema público de emprego agregou uma nova rubrica para a liberação de verbas. Trata-se da criação de um espaço institucional de articulação das políticas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional, pesquisas sobre emprego/desemprego, projetos de geração de emprego e renda. Essa função deveria ser cumprida pelo SINE, mas ele foi totalmente sucateado pelos governos. É nesse vácuo que a Força Sindical, CUT e entidades patronais vêm criando, com recursos do FAT, “centros de solidariedade ao trabalhador”, “centros integrados de atendimento ao trabalhador” etc.

POTENCIALIDADES E DEFORMAÇÃO BUROCRÁTICA

O “súbito” interesse dos sindicatos e da CUT pela formação profissional e o sistema público de emprego tem aspectos positivos. Tratar de formação profissional leva a que os sindicatos e a central se interessem pelo trabalho em si – como se trabalha, o processo de trabalho, o processo de produção, suas relações com outras dimensões da vida do traba-



RENATA CASTELLO BRANCO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL OU ATRELAMENTO AO ESTADO?

lhador etc. Por conta do sistema público de emprego, pela primeira vez, o sindicalismo cutista mostra uma preocupação em relação a que respostas dar aos desempregados, preocupação ausente em toda a década de 1990. Ao “fazer” formação profissional, os sindicatos têm que apontar alternativas às experiências empresariais, vistas por eles como meros processos de adestramento.

Mas como o volume de recursos para esses projetos é, em alguns casos, muito expressivo em relação ao orçamento das entidades receptoras, está aberto o caminho para uma nova via da deformação burocrática do movimento sindical cutista. Temos uma situação onde as secretarias de formação orbitam cada vez mais em torno desses projetos e até o funcionamento corrente das entidades (reuniões, viagens de dirigentes, infraestrutura etc.) passa a ser financiado com esses recursos.

Isso coloca um sério problema: o Conselho Deliberativo do FAT é tripartite e paritário (três representantes do governo federal, três de entidades patronais e três de centrais – CUT, FS e CGT). Até que ponto essa dependência cada vez maior em relação a recursos financeiros cuja liberação está sujeita a acordos com o governo e o setor patronal influencia na linha política da central?

A política definida pela CUT no 5º Concut (1994) e na 7ª Plenária Nacional (1995), se corretamente aplicada, poderia ter evitado estas deformações ao mesmo tempo que preservaria as potencialidades do debate a formação profissional e o sistema público de emprego para o movimento sindical cutista. Estas resoluções apontavam para que os sindicatos e a central realizassem “experiências” em formação profissional para se capacitarem a debater e incidir sobre as políticas públicas nessa área (isto é, entrar no debate sobre conteúdos, metodologias, gestão, etc.).

O SISTEMA CUTISTA

Ao invés disso, as ações em curso apontam para, de fato, se ir montando um “sistema cutista” (substituindo e em concorrência com o sistema público, que vem sendo desmantelado pelos governos neoliberais). Simultaneamente, o setor majoritário da Executiva Nacio-

nal da CUT tem deixado de lado as críticas à política governamental nessa área. Há uma total condescendência com o Plano Nacional de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

A nova orientação se expressa em:

- priorizar a formação profissional nas mãos dos sindicatos/confederações/escolas sindicais da CUT. Nenhuma iniciativa em relação ao ensino técnico. Pouca ou nenhuma relação entre esse “sistema cutista” e o sistema público (e sequer entre esses projetos e os sindicatos de trabalhadores da educação da CUT!). Nenhuma política em relação ao segmento do sistema público que sofre apropriação privada pelas entidades empresariais (o “Sistema S”, que abrange Senai, Senac etc.);

- criação do Centro de Atendimento Integral ao Trabalhador no ABC paulista entre a CUT, sindicatos filiados e Prefeitura de Santo André, como modelo de espaço para articulação do sistema público de emprego; nenhuma política em relação ao SINE;

- e a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT com parcerias como a Unitrabalho e o Dieese para captar recursos financeiros (públicos e internacionais) destinados a experiências cooperativas e de autogestão.

Como a visão é de um “sistema cutista”, os dirigentes responsáveis da CUT vêm com naturalidade o processo onde a Força Sindical, a Social Democracia Sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores, vão montando cada uma “seus” próprios sistemas. A mesma condescendência observa-se em relação aos sistemas empresariais.

Estas ações contradizem abertamente as resoluções da Plenária Nacional que apontaram para um modelo de “centros públicos”. Esta política exigiria: uma integração entre o sistema educacional e o sistema de formação profissional; a desprivatização do “Sistema S”, retirando sua gestão das mãos das entidades empresariais; e a participação das entidades de trabalhadores no controle sobre os centros e na definição das políticas educacionais.

“PÚBLICO” OU “PRIVADO”?

Para implementar a atual política, os dirigentes responsáveis usam como ali-

bi a afirmação de que a CUT está constituindo um “sistema público não-estatal”. Mas em todas as ações o que se vê é uma gestão privada combinada com financiamento público. Isto é exatamente o que questionávamos no “Sistema S”. O paralelo é sintomático: já denunciávamos como as “poderosas” entidades patronais (FIESP, CNI etc.) se financiam largamente com recursos do “Sistema S”.

O problema se agrava porque, em vários casos, os representantes sindicais passaram a operar com o critério de uma “distribuição equitativa” das verbas entre os projetos de interesse de cada central – para além do interesse que tal ou qual projeto pudesse ter para os trabalhadores.

As ações que vêm sendo implementadas afastam o sindicalismo cutista da política aprovada nas suas instâncias superiores e da defesa dos interesses gerais dos trabalhadores. É preciso reverter esse rumo. Nesse sentido, propomos a seguinte linha de trabalho:

- Fazer um levantamento sistemático dos programas no campo sindical e quando comprovado o uso indevido dos recursos encaminhar os casos para denúncia pública. Apoiar as iniciativas de parlamentares do PT para rediscutir tais programas e a liberação de verbas;

- Nos Estados onde há governos democrático-populares ou com abertura para discutir estes temas, redirecionar os Programas Estaduais de Qualificação para um fortalecimento do sistema público de emprego e formação profissional, com participação do movimento sindical no controle e na definição das políticas;

- Recolocar em pauta na CUT a política definida em 1994/95, agregando um balanço em relação aos desvios. Devemos identificar os pólos onde manteremos experiências sindicais de formação profissional; no restante lutaremos pela constituição do sistema público. Isto é, definiremos onde os sindicatos/confederações/CUT deixarão de fazer formação profissional ou implementar “seu” sistema.

Essa política coloca a necessidade de se fazer a transição entre o cenário atual e o desejado.

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN SÃO MEMBROS DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

O INTRÍNSECO DESEJO DE MATAR

A revista *O impacto da violência social sobre a saúde*, da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), chama a atenção para o aumento das mortes violentas. Trata-se de um fenômeno mundial, mas que no Brasil atinge proporções alarmantes.

Esta é uma característica, antes de tudo, das capitais e regiões metropolitanas e atinge principalmente os jovens. É também um processo essencialmente ligado à proliferação da posse de armas de fogo. De acordo com o Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa, de São Paulo, os jovens até 26 anos de idade foram os responsáveis por 51% dos homicídios em 1997 e foi também nesta faixa que se encontravam 43% das vítimas. No Rio de Janeiro, de acordo com dados do IBGE (citados por Paulo Sérgio Pinheiro, *Folha de S. Paulo*, 06/07/99), 87% dos homicídios foi provocado por armas de fogo. As taxas de mortalidade de jovens assassinados por esse tipo de arma chegam a ser mais que o triplo da média nacional anual de homicídios (cerca de 24 por 100 mil). O uso de armas de fogo na mortalidade geral por violência cresceu, segundo a Fiocruz, mais de 90%, na década passada.

O IMPACTO DAS ARMAS DE FOGO

Estudos realizados nos Estados Unidos tem demonstrado que a posse de uma arma de fogo fornece um risco significativo ao proprietário e sua família, aumentando em cinco vezes os suicídios e em três vezes os homicídios. Para cada vez que uma arma é usada em defesa própria, ela é utilizada 43 vezes para cometer homicídios, suicídios ou atingir alvos não intencionais. Em nosso país, segundo o governo federal, 94% das pessoas que reagem com um revólver a um assalto a mão armada morrem.

A Fiocruz aborda a questão da violência destacando os gastos no atendimento às suas vítimas. Nos Estados Unidos, calculou-se que os custos com os agravos por arma de fogo foi, em 1990, de 20,4 bilhões de dólares. Deste montante, 84% foi utilizado em casos fatais. Despesas diretas com os agravos com a saúde foram orçadas em 14 bilhões de dólares. Para cada agravo fatal por arma de fogo, há dois que requerem hospitalização e 5,4 são severos o suficiente para serem hospitalizados.

Este montante elevado de despesas tem levado algumas prefeituras dos EUA — Miami (Flórida), Newark (Nova Jersey), Chicago (Illinois) e Bridgeport (Connecticut) — a processarem, assim como fazem com as fábricas de cigarros, a Forjas Taurus, a maior exportadora brasileira de armas para os EUA. Elas querem reaverem o dinheiro que gastaram com serviços públicos para socorrer pessoas e impedir danos materiais durante distúrbios provocados por armas de fogo.

Corroborando com o estudo da Fiocruz o recente artigo da *Veja* (23/06/99), que noticia um estudo da ONU onde se demonstra que o número de homicídios por armas de fogo é proporcionalmente mais alto nos países com legislação liberal sobre a sua posse e comercialização. Por exemplo: nos Estados Unidos, onde a maioria dos estados concede o porte de armas sem burocracia, a taxa de morte por armas de fogo no total dos homicídios

é de 70%; na Argentina, que permite o registro e o porte de armas para maior de idade e sem antecedentes criminais, a taxa cai para 39%; na Alemanha, que possui um sistema nacional de registro de proprietários de armas, a taxa é de 11%; na Inglaterra, que tem uma lei recente restringindo a posse, a taxa é de 9%; e, por fim, o Japão, onde o registro e porte de armas são proibidos à população, a taxa de homicídios por arma de fogo é de 5%.

22 MIL ASSASSINADOS A BALA

No Brasil, são assassinadas a bala cerca de 22 mil pessoas por ano. Com a aprovação e execução rigorosa de uma lei proibindo o porte de armas de fogo, poderíamos afirmar que o número de homicídios seriam reduzidos, de início, em pelo menos 10 a 20%. Estes são os homicídios cometidos por homens que matam mulheres, pessoas que matam seus sócios, os crimes políticos e os assassinatos a partir de discussões nos bares, nas torcidas ou no trânsito, crimes geralmente cometidos, pelo "cidadão de bem" que está armado.

De acordo com a Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo, 65,3% das pessoas detidas em flagrante por portar arma não registrada não possuíam antecedentes criminais. Alguns afirmam que, nesses casos, a polícia não atingiu seu objetivo de desarmar o criminoso. Mas os portadores dessas armas não podem se tornar criminosos com o seu uso? Ou a arma é para caçar

animais nas ruas da capital paulista (o que também não deixa de ser um crime)? Ou ainda é para se exibir a virilidade? Ou só faz parte da vestimenta dos homens de bem? Elas não trazem consigo o intrínseco desejo de matar?

Tanto a Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas (ANPCA), como Carlos Alberto Murgel, presidente da fábrica de armas Taurus, em entrevista a *Folha de S. Paulo* (12/7/99), questionam os números sobre o uso de armas que estão sendo divulgados pelo Ministério da Justiça e outras organizações. Para se contrapor, escrevem que "mais de 15 estudos realizados nos EUA sobre o assunto mostram que os cidadãos americanos usam armas de fogo entre 764 mil a 3,6 milhões de vezes por ano para evitar uma violência". Mas será que toda essa quantidade de vezes que a arma é usada, já não constitui uma violência? Pois os EUA é o país onde ocorre o maior número de homicídios do mundo pelo uso de armas de fogo, devido a sua legislação liberal e permissiva.

O lobby dos fabricantes de armas procura mostrar que a violência é menor onde o povo está armado e faz algumas perguntas, tais como: "serão os brasileiros mais burros que os americanos? serão nossos bandidos mais espertos que os americanos?" para questionar a lei que proíbe armas. Mas a questão não é nem de burrice, nem de rapidez no saque da arma. Diz respeito à educação e a cultura, e os padrões do Brasil não são os mesmos dos norte-americanos. Nos EUA pe-

A PROIBIÇÃO DO PORTE DE ARMAS DE FOGO DIMINUIRÁ A VIOLÊNCIA QUE ATINGE SOBRETUDO A JUVENTUDE DA PERIFERIA DAS GRANDES CIDADES.

DR. ROSINHA

riodicamente um homem ou mesmo crianças saem pelas ruas, parques e escolas assassinando a esmo. Nisso somos melhores e para evitarmos que sejamos americanizados, também, na violência, necessitamos desarmar a população. É preciso trabalharmos uma nova cultura, um novo modelo econômico e uma sociedade que não seja excluyente — o que também é uma das maiores violências.

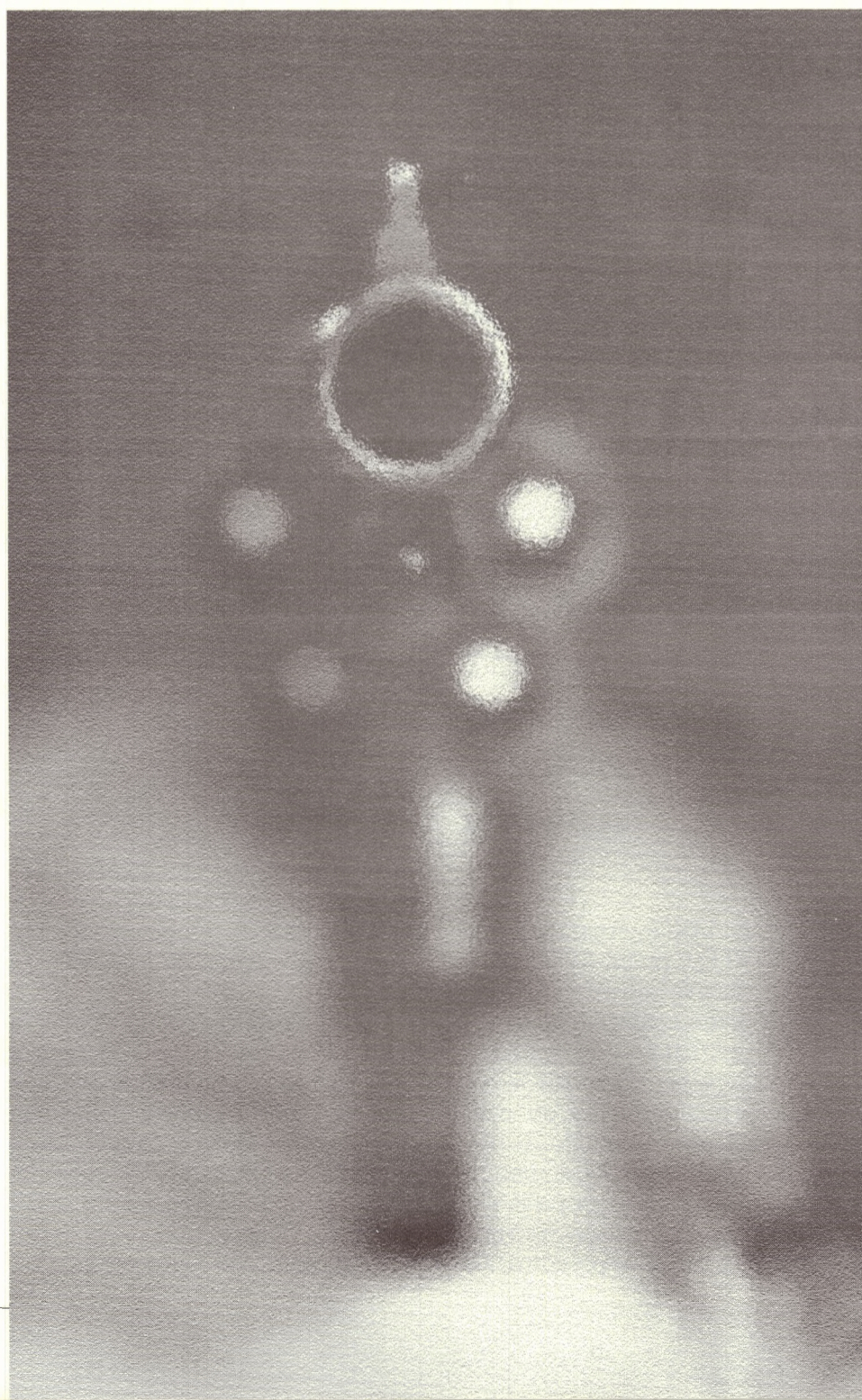
DESARMAMENTO E CIDADANIA

Uma legislação proibindo o uso de armas só dará pleno retorno a médio e longo prazo, pois não basta apenas desarmar a população. É necessário trabalhar toda a sociedade no sentido de inibir a violência e paralelo a isso aumentar a fiscalização para coibir o contrabando e punir rigorosamente os contrabandistas. Este não parece ser o desejo da burguesia que, através dos meios de comunicação, tem sido a defensora da não-aprovação da lei que proíbe armas. A ela isso não interessa, bem guardada que está por empresas privadas de vigilância, segurança eletrônica, muros altos com grades, etc. Quem está sendo morta à bala é, na maioria, a juventude pobre das periferias das grandes cidades.

Deve-se combater com firmeza a violência antes que a situação se agrave ainda mais, indo além das chacinas e das guerras de quadrilhas. Mas isso não pode ser feito com políticas isoladas, sem atuar sobre as causas da violência. Assim, a proibição de armas deve ser parte de uma política mais ampla, que envolva, entre outras, ações que procurem corrigir a desigualdade social — o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. O desemprego, a injustiça, a baixa renda e a impunidade — apenas 2% dos homicídios chegam a julgamento depois de seis anos — imperam em nosso país. É urgente que criemos mecanismos que garantam a todos o direito de viver a cidadania plena.

Tenho algumas certezas: primeiro, que a proibição do porte, posse e comercialização de armas diminuirá a violência; segundo, que nenhuma pessoa de bem tem armas, pois quem as têm deseja matar e a morte não é desejada por homens e mulheres de bem; terceiro, que o Brasil é campeão mundial de mortes violentas e um dos instrumentos dessas mortes é a arma; quarto, que é preciso desarmar nossa população — o Ministério da Justiça estima que cerca de 20 milhões de armas circulem no país e apenas 1,5 milhão está registrado.

DR. ROSINHA É MÉDICO, DEPUTADO FEDERAL E AUTOR DE PROJETO QUE PROÍBE A COMPRA E USO DE ARMAS DE FOGO.



A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO PREPARA A "RODADA DO MILÊNIO". ATÉ ONDE AS EMPRESAS TENTARÃO DESMANTELAR A SOBERANIA DOS ESTADOS E OS DIREITOS SOCIAIS?

SUSAN GEORGE

Apesar da vitória que alcançaram contra o Acordo Multilateral sobre Investimentos (o AMI) em outubro de 1998, quando a França retirou-se das negociações conduzidas na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os adversários do acordo estão perplexos. Por que seus governos estiveram muito próximos de assinar este tratado leonino e a renunciar dessa forma a parte considerável de sua soberania, sem obter em troca a mínima vantagem? Que outra explicação encontrar senão aquela assinalada no *Manifesto Comunista* por Marx e Engels, segundo os quais "o poder estatal moderno não passa de um comitê executivo encarregado de gerir os negócios comuns da burguesia"?

Encarnada hoje nas grandes empresas industriais e financeiras transnacionais, esta "burguesia" é ouvida perfeitamente — e sempre — pelos dirigentes políticos, através de lobbies múltiplos e poderosos. Entre estes, um posto especial cabe à Câmara de Comércio Internacional (CCI), que se autoproclama "a única organização que fala com autoridade em nome das empresas de todos os setores, no mundo inteiro" e apresenta suas exigências diretamente aos chefes de Estado.

Para tudo o que diz respeito aos tratados na Organização Mundial de Comércio (OMC), o comissário europeu Leon Brittan fala em nome de todos os governos dos quinze países da União Europeia. Eles consentiram com esta transferência de soberania para a União Europeia, pensando sem dúvida que as vantagens da cooperação superariam os inconvenientes da limitação de sua margem de manobra. Cooperar é uma coisa, transformar em porta-bandeira um ultraliberal, delírio de madame Margaret Thatcher, é outra. Porque, na OMC, realiza-se um verdadeiro concurso de despojamento do poder nacional, um festival de desposamento, afastando qualquer perspectiva de uma Europa social e política.

Que quer o Sr. Brittan? Exatamente a mesma coisa que a CCI: um mundo inteiramente regido pelo livre comércio. As ambições de uma e de outro para a próxima conferência ministerial da OMC em Seattle, em novembro próximo, são equivalentes, tanto no fundo quanto na forma. No momento, todos os Estados europeus alinham-se a estes objetivos, ao ponto de constituir o perfeito comitê executivo descrito pelos autores do *Manifesto*.

O ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DOS SERVIÇOS

Em primeiro lugar, a dupla Brittan-CCI quer liberalizar ainda mais o comércio agrícola, o que terá como consequên-

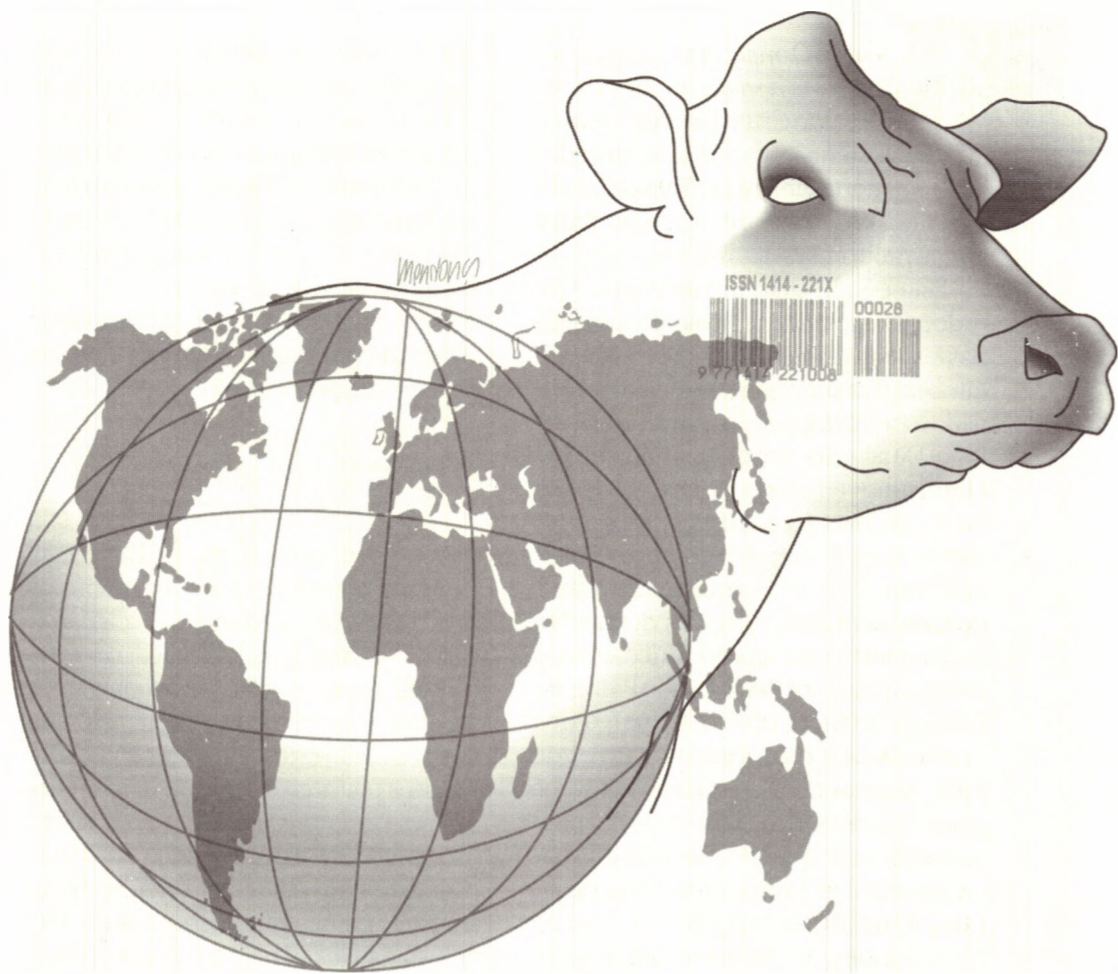
TRÊS ANOS PARA COMPLETAR A GLOBALIZAÇÃO

cia colocar em perigo o mundo rural em muitos países, e tirar dos mais pobres qualquer soberania sobre sua segurança alimentar.

Figura igualmente no programa o reforço do acordo sobre a propriedade intelectual, conhecido pela sigla TRIPS (*Trade-related aspects of intellectual property rights*, ou Aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual), no qual o patenteamento dos seres vivos é um dos destaques.

Menos conhecido que estes dois grandes temas, o Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços, chamado de GATS (*General Agreement on Trade in Services*), também faz parte da ordem do dia. Trata-se de "obter adesões reforçadas e mais numerosas de todos os membros da OMC com relação aos mercados e o tratamento nacional". A cláusula do *tratamento nacional* proíbe estabelecer qualquer diferenciação entre os exportadores estrangeiros e os produtores nacionais. As adesões desejadas dizem respeito em especial aos itens da "presença comercial" e do "movimento das pessoas físicas" que permitem fornecer o referido serviço. Onde está o problema?, pode-se perguntar. Não há belas perspectivas para as empresas mais eficientes, que poderão conquistar novos mercados em países que estavam até agora insuficientemente abertos? Bem, mas os governos se preocupam com a ameaça que isso significa a sua capacidade de governar?

Os serviços ameaçados de cair sob a autoridade de regras da OMC não representam apenas transações comerciais que movimentam trilhões de dólares a cada ano. Eles englobam quase todas as atividades humanas, especialmente a distribuição, o comércio de atacado e varejo; a construção e as obras públicas; a arquitetura, a decoração, o lazer; a construção civil e a engenharia; os serviços financeiros, bancários e de seguros; a pesquisa e desenvolvimento; os servi-



ços imobiliários e a locação; os serviços de comunicação, os correios, as telecomunicações, o audiovisual, as tecnologias da informação; o turismo e as viagens, os hotéis e restaurantes; os serviços de meio-ambiente; o recolhimento do lixo, o saneamento, a proteção da paisagem e o planejamento urbano; os serviços recreativos, culturais e esportivos, entre eles os espetáculos, as bibliotecas, os arquivos e os museus; a edição, a impressão e a publicidade; os transportes por todas as vias imagináveis, inclusive espaciais. Sem esquecer a educação (os ensinos primário, secundário, superior e a formação permanente) e a saúde animal e humana — ou seja, mais de 160 sub-setores e atividades.

MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL NORTE-AMERICANA

Para seguir estes temas, que constituem desafios múltiplos, os governos europeus mobilizaram no máximo algumas dezenas de funcionários. Eles deixam assim enorme margem de manobra aos avanços ultraliberais de uma Comissão que não controlam. Já os Estados Unidos colocaram várias centenas de funcionários e preparam suas armas em favor de uma liberalização dos serviços em todos os sentidos.

A representante especial do presidente dos EUA para o comércio (*US Trade Representative*), Charlotte Bar-

shefsky — a mesma que conduziu as batalhas vitoriosas de Washington sobre a banana, os organismos geneticamente modificados, as carnes bovinas com hormônios e outras — trabalha de mãos dadas com os empresários norte-americanos. Ela lhes pediu uma lista de suas reivindicações para Seattle, convite ao qual a Coalizão das Indústrias de Serviços respondeu através de um documento detalhado de 31 páginas.

Se as dezenas de setores enumerados acima não estão ainda na mira das empresas americanas, a saúde na Europa é assunto de interesses particulares. As despesas aí explodem, segundo a Coalizão, "em razão de aumento da população idosa, faixa demográfica que consome os serviços de saúde com mais intensidade". O documento precisa: "Julgamos possível fazer grandes progressos durante as negociações [na OMC] para permitir a expansão das empresas americanas em todos os mercados de tratamentos da saúde."

Infelizmente, até o momento, "a saúde foi largamente mantida, em diversos países estrangeiros, sob responsabilidade do setor estatal", o que evidentemente "tornou difícil a penetração desses mercados pelo setor privado norte-americano". Não há de ser por isso: entre as "barreiras" a derrubar, a Coalizão identifica, as "restrições às autorizações concedidas aos fornecedores estrangeiros" e as "regulamentações excessivas em matéria de confidencialidade".

Barshefsky vai fazer seus os "objetivos de negociação" da Coalizão: "encorajar a ampliação das privatizações, promover a reforma das regulamentações num sentido que favoreça a concorrência, obter acesso aos mercados e um tratamento nacional que permita o fornecimento além-fronteiras de todos os serviços de saúde" e fazer admitir "o direito de propriedade [privada] estrangeira nos estabelecimentos de serviços de saúde". A

saúde deve ser explicitamente incluída "nas determinações da OMC relativas aos mercados públicos", de maneira a assegurar que as empresas americanas possam responder a qualquer pedido de ofertas lançado por um órgão público. A assinatura, na OMC, de um acordo sobre os serviços de saúde incluindo tais disposições significaria dizer adeus aos sistemas de seguridade social na Europa.

O AMI CONTRA-ATACA

Os apetites da CCI e do Sr. Brittan vão bem além desta ordem do dia gargantesca, mas já aprovada. A lista de novos temas que eles estão certos de colocar sobre o pano verde compreende a supressão das tarifas aduaneiras que subsistem sobre os produtos manufaturados industriais; a "facilitação do comércio", que permitiria "modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos comerciais e aduaneiros obsoletos e burocráticos"; isto é, menos inspeções e controles. Acrescenta-se um acordo sobre os mercados públicos, que representam hoje mais de 15% do Produto Interno Bruto: eles devem também ser abertos aos fornecedores do mundo inteiro. Pede-se igualmente um "quadro legal de regras coercitivas em matéria de concorrência".

Que os amigos do AMI estejam seguros: não se esqueceu um acordo sobre os investimentos. Depois do fiasco na OCDE, Mr. Brittan diz em todo canto que sempre preferiu a OMC como fórum de negociação de um tratado que deve "fornecer um quadro multilateral de regras para administrar o investimento internacional de maneira a assegurar um clima estável e previsível para os investimentos em todo o mundo".

Seria conveniente enfim que a OMC seja competente em matéria de meio-ambiente, já que há disparidades, ou contradições, entre suas regras e o conteúdo dos

acordos multilaterais que tratam especialmente das mudanças climáticas, da proteção à camada de ozônio, da preservação da biodiversidade, do transporte dos detritos tóxicos, da proteção às espécies em perigo, etc. Pergunta simples aos governos: por que assinar acordos sobre meio-ambiente se é para questioná-los na OMC?

O súbito interesse dos ultraliberais pela natureza tem algo de comovente, quando se sabe que os grupos especiais (*panels*) da OMC solucionaram até agora os desentendimentos que comportavam um aspecto ambiental ou de saúde pública, sem cuidados especiais para os últimos, como no caso da carne bovina com hormônios. A cereja sobre o bolo ambiental é o acordo em preparação sobre os produtos florestais. Ele eliminaria todas as barreiras ao comércio dos produtos derivados da madeira e todos os obstáculos à exploração das florestas.

Este conjunto — a ordem do dia já definida por Seattle, acrescida de todos os novos temas — foi batizado por Mr. Brittan de "Rodada do Milênio". Como se o negócio estivesse fechado, e os governos da União Europeia não tivessem presumidamente nada contra. Trata-se de concluir um pacote único (*single undertaking*), inteiramente amarrado, "obrigando todas as partes envolvidas a aceitá-lo por completo, sem possibilidade de triar e de escolher".

O comissário pretende que uma negociação envolvendo simultaneamente tantos assuntos traga apenas vantagens, já que ela permite um troca-troca: "Questões que são difíceis para alguns, mas importantes para outros, não poderão ser bloqueadas isoladamente, e devem ser avaliadas como elementos do cálculo global das vantagens que cada membro pode tirar da conclusão da Rodada", diz ele, num documento intitulado *A Contribuição da Rodada do Milênio para a Globalização*.

Se este vasto programa dificilmente pode ser gerido pelos governos dos países desenvolvidos, seu controle está totalmente fora de questão nos países do Sul. Muitos deles não têm sequer representação permanente na OMC, ou têm em conjunto com outras nações. Mesmo nos grandes Estados do Sul, não há pessoal qualificado suficiente para acompa-

nhar negociações complexas e simultâneas sobre um grande número de assuntos. As decisões do "Quad" (Estados Unidos, Canadá, Japão e União Europeia) vão se impor como de costume, Washington, em convivência com a Comissão Europeia dando as cartas.

É preciso decidir rápido, já que tudo deve ser fechado nos três próximos anos. Por que tanta precipitação? É muito simples: é preciso que "as regras multilaterais estejam adequadas às realidades e necessidades em constante evolução das empresas", como lembra o documento *Prioridades Mundiais dos Negócios*, da Câmara de Comércio Internacional. Necessidades, nem é preciso dizer, que se sobrepõem às dos cidadãos. Avante, portanto, em direção a janeiro de 2003! Este processo de troca-troca, de "cálculo global das vantagens recíprocas", não suscitou até agora nenhum debate nas sociedades, nem mesmo nos parlamentos. Ele seria necessário, porque a sociedade não manifestou nenhuma intenção de ser governada pelo comitê executivo das transnacionais. Segundo a Declaração dos Membros da Sociedade Civil Internacional, em oposição à Rodada do Milênio, já assinada por mais de 600 organizações, de 75 países, ela se opõe decididamente a qualquer extensão dos poderes da OMC e reivindica que se faça imediatamente, com sua plena participação, um balanço em profundidade desta organização.

Os cidadãos europeus devem preparar-se para lutas de longo prazo, se quiserem que seu continente caracterize-se um dia pela coesão social e o respeito ao ambiente. O exame do impacto atual e previsível das decisões da OMC não pode ser adiado. Sem tal balanço, nem os cidadãos, nem os Parlamentos que eles elegem, nem os governos terão mais grande coisa a dizer ou a fazer

SUSAN GEORGE É PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO DA GLOBALIZAÇÃO, EM PARIS, E DIRETORA ASSOCIADA DO TRANSNATIONAL INSTITUTE, DE AMSTERDAM. VERSÃO CONDENSADA DE UM ARTIGO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE*. TRADUÇÃO DE KATHY FAUDRY E BETTY ALMEIDA LIMA. ARTIGO REPRODUZIDO COM A AUTORIZAÇÃO DA *RESENHA DA INTERNET*.

Ao ATTAC

A REUNIÃO MUNDIAL DA ATTAC ORGANIZA A LUTA CONTRA AS "LIBERDADES" ESTRATÉGICAS DO IMPERIALISMO CAPITALISTA.

CHICO VICENTE

Uma reunião internacional que ATTAC promoveu em Paris, durante os dias 24, 25 e 26 de junho, conseguiu atrair mais de 1500 pessoas, de 71 países, as quais representavam mais de 700 organizações ou movimentos dos mais diversos quadrantes do mundo. ATTAC é uma associação internacional, com forte organização na França, que prega a taxação dos capitais especulativos e a ajuda aos cidadãos. Surgiu há pouco mais de

um ano, a partir da denúncia, pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique* das tratativas secretas sobre o AMI — Acordo Multilateral de Investimentos — que se desenrolavam no âmbito da OCDE. No Brasil, atualmente, possui núcleos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre.

O objetivo central que anima ATTAC é o combate às três chamadas "liberdades estratégicas" do imperialismo capitalista: a liberdade para investidores, para o fluxo de capitais e para o comércio. Além disto, ATTAC busca combater os planos de ajuste estrutural do FMI, anular a dívida externa, proibir a produção de alimentos geneticamente modificados — transgênicos —, defender os grupos sociais mais oprimidos e explorados — mulheres, negros, índios etc. e estabelecer a taxa Tobin.

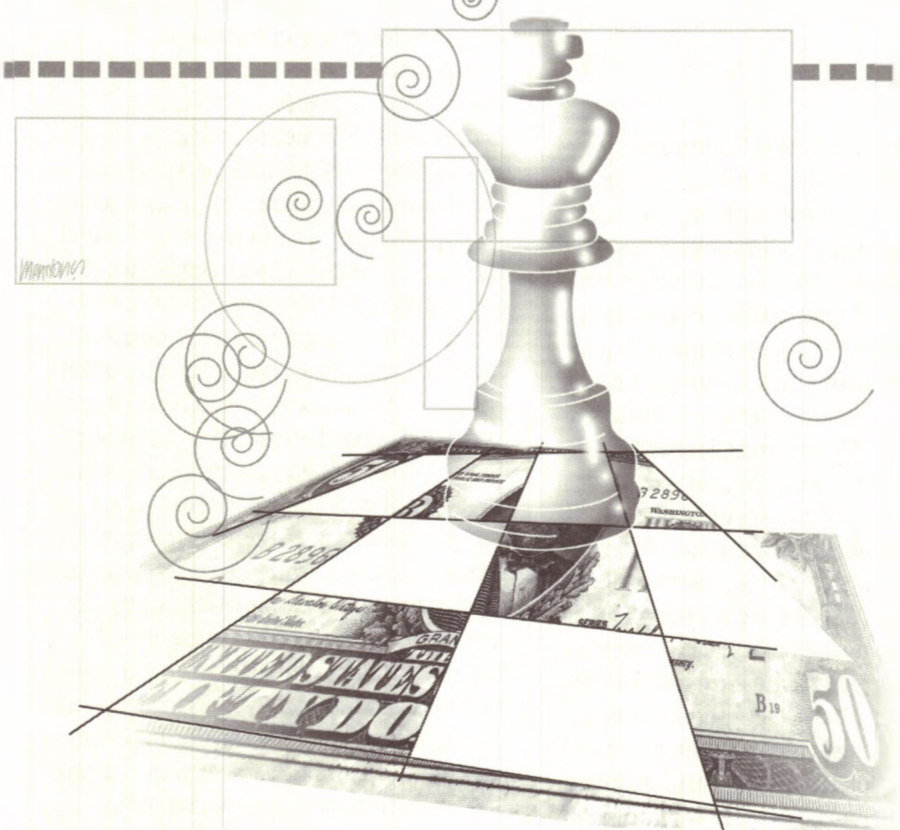
A taxa Tobin é proposta de um economista que defende a taxação dos capitais especulativos no mundo para combater a miséria extrema nos países pobres. Em breve, estará sendo lançado no Brasil um livro do francês François Chesnais que se intitula *Tobin or not Tobin* (numa paródia da frase de Hamlet, "to be or not to be", ser ou não ser), que trata do tema

A reunião de Paris, por um lado acumudou forças, aprofundou concepções e estratégias e definiu ações políticas mas, por outro lado, mostrou a fragilidade de um movimento que ainda engatinha e que deve ser fortalecido.

ATTAC consegue reunir militantes revolucionários de primeira ordem com iniciantes na política. A heterogeneidade é enorme, porém a complexidade e a magnitude dos temas em debate são tais que propiciam, inclusive, a aproximação da militância que se afastou dos movimentos no último período por falta de perspectivas, por críticas organizativas ou por derrotas localizadas. Com um método descentralizado de organização, sem a mínima estrutura e com uma pauta política muito densa, ATTAC pode cumprir um importante papel no debate, na divulgação e no combate às políticas imperialistas atuais.

RODADA DO MILÊNIO

As iniciativas neste terreno, que tinham refluído quando a crise da Ásia e a posição da França enterraram a proposta do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), voltaram com força com a "ro-



dada do milênio", como vem sendo chamada a reunião da OMC, que ocorrerá em Seattle. Ali, as grandes empresas multinacionais, o governo norte-americano e os burocratas da Comunidade Econômica Europeia tentarão definir uma perigosa Constituição Mundial do Dinheiro, garantindo, além das três liberdades estratégicas, o fim do controle dos Esta-

dos nacionais sobre florestas, reservas d'água, jazidas minerais, remessas de lucro, serviços de educação, saúde e outros, patentes sobre produção artística, além da liberação de transgênicos e o patenteamento dos seres vivos.

A delegação brasileira à reunião era composta por mais de 20 pessoas que

não se conheciam, porém teve uma atuação exemplar. Pautou prioridades, dentre elas, a definição de que o combate à Rodada do Milênio deva ser a luta prioritária na conjuntura internacional. Teve uma atuação qualificada nos grupos de trabalho e nas plenárias, distribuiu tarefas e deu passos para organizar nacionalmente ATTAC no Brasil.

Cabe destacar a preocupação com a ausência de várias centrais sindicais importantes da Europa e dos Estados Unidos, as quais iniciaram um processo de negociação visando obter alguma vantagem na Rodada do Milênio. Ledo engano. Trairão, primeiro, os trabalhadores dos países pobres e depois sua própria base porque, sem qualquer mobilização, sentar-se-ão à mesa com os donos do mundo e ficarão reféns de um projeto desumano.

BUSCA DE ALTERNATIVAS

O mundo busca alternativas. Todas as vezes em que houve oportunidade de explicar o que é o Orçamento Participativo e como se realiza a resistência e o combate ao neoliberalismo em nosso país, em especial, no Rio Grande do Sul,

sentiu-se corações e mentes ávidas por conhecer melhor e apoiar esta experiência de gestão democrática e popular que aqui acontece. Os internacionalistas ho-diernos devem apoiar ATTAC, criando condições para que os temas levantados sejam inseridos na pauta dos sindicatos, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e populares.

Os verdes sempre disseram que era preciso pensar globalmente e agir localmente. Hoje, as decisões dos centros de poder imperialistas combinam diferentes escalas, contraem espaço e tempo históricos e realizam seus interesses mesquinhos, instantaneamente, no plano mundial. Por isto, faz-se estratégico pensar e agir local e globalmente, uma vez que as esferas de decisão que determinam nossas vidas deliberam, no mundo inteiro, em tempo real. A construção das nossas posições políticas e nossas ações revolucionárias devem, também, com democracia, unidade e solidariedade, buscar esta condição. ATTAC é uma porta aberta para construirmos este caminho.

CHICO VICENTE É PRESIDENTE DA CUT/R5 E DIRETOR DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS/R5.

VIAGEM AO CORAÇÃO DO IMPASSE

O TRABALHO DE CARLOS HENRIQUE É A REFLEXÃO MAIS RICA, ATÉ AGORA FEITA, SOBRE A EVOLUÇÃO PROGRAMÁTICA DO PT.

JUAREZ GUIMARÃES

Há cinco razões sólidas e convincentes para se ler e discutir a tese de mestrado *Desenvolvimento nacional e poder político: O projeto do Partido dos Trabalhadores em um período de crise*, defendida por Carlos Henrique Goulart Árabe em outubro de 1998. Orientada por Reginaldo Moraes, a tese foi defendida no mestrado de Política da Unicamp.

Ela é, pelo seu esforço de reconstrução histórica e densidade analítica, a reflexão mais rica que tenho conhecimento sobre a evolução programática do PT.

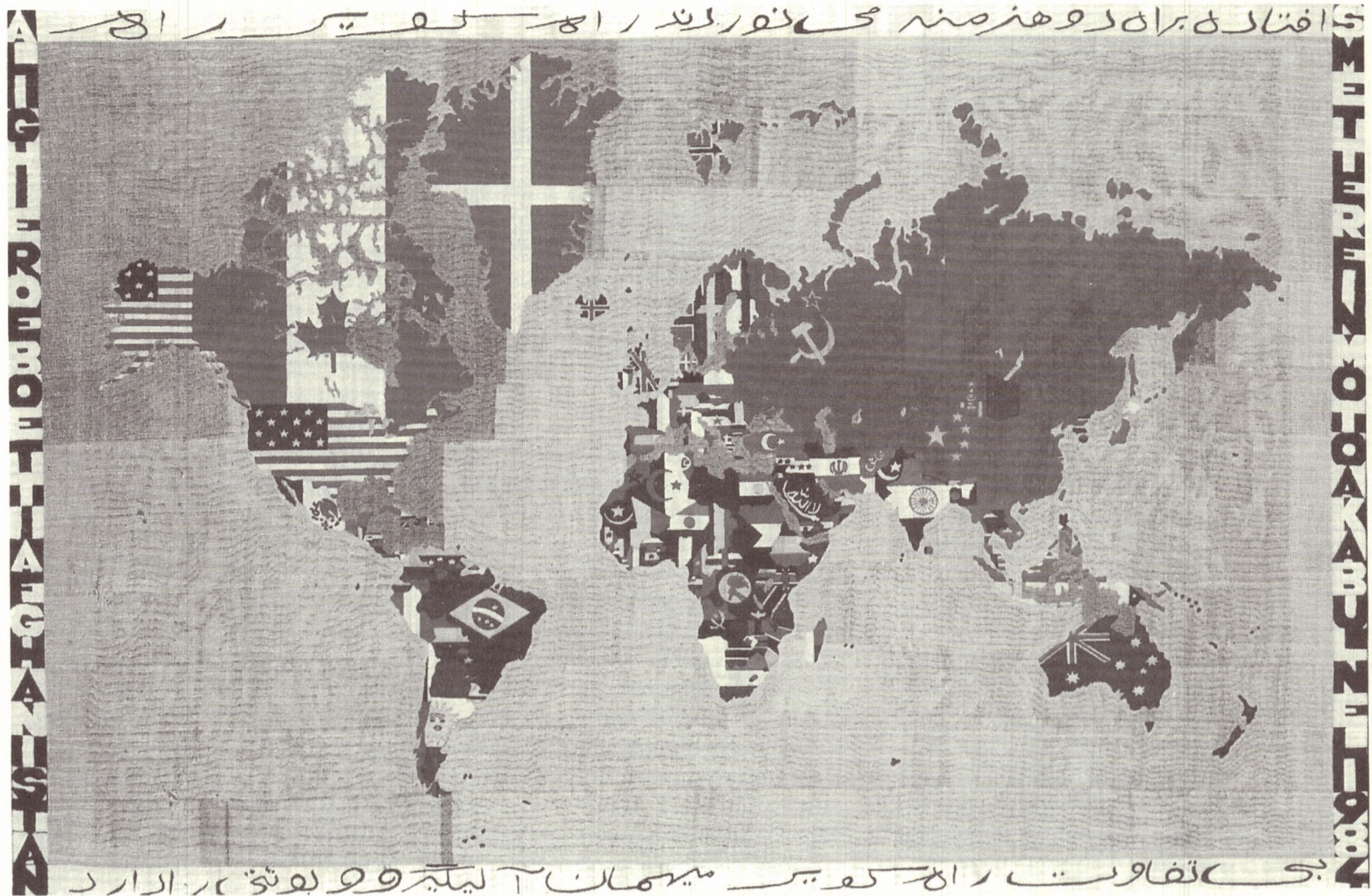
Sabemos que durante toda a década de noventa, a esquerda brasileira e, em particular, o PT teve dificuldades crescentes em construir uma alternativa ao plano de governo de Fernando Henrique que fosse global, coerente e desfrutasse de apoio social. Esta dificuldade ofuscou a capacidade do PT de despertar esperanças e mobilizar a sociedade, além de alimentar a legitimidade do atual governo – que apareceu durante um longo tempo como o gestor de um caminho sofrido mas necessário de modernização do país.

É exatamente aí que intervém a segunda razão para a leitura da tese. Pois ela se propõe a ser exatamente uma dissecação analítica do impasse do PT, concentrando a sua atenção no período que vai de 1989 a 1994. É uma viagem, pois, ao coração do impasse petista.

Além disso, ela desvela o impasse através do estudo da relação entre os projetos de desenvolvimento nacional e o poder político ou a concepção de Estado propostos pelo PT. O ângulo feliz da análise vai ao cerne da questão.

Uma quarta razão é que a tese discute os impasses programáticos do PT à luz dos três campos teóricos que, em diferente medida, alimentaram a elaboração teórica do nosso partido e que estão presentes na própria raiz da inteligência progressista e de esquerda brasileira. São eles a matriz cepalina, as chamadas “teorias da dependência” e as teorias marxistas do desenvolvimento desigual e combinado que fundamentam as teses da revolução permanente. Assim, o estudo encaixa, no nosso difícil presente, a memória do passado como alento à imaginação criadora do futuro. Estamos a anos-luz de um certo pragmatismo que vem erodindo o potencial transformador do PT nos anos noventa e mesmo de uma cega polarização interna que, em alguma medida, se orienta pela mera ocupação de espaços de poder.

Por fim, a tese, com inteligência, repõe o problema da avaliação do curso histórico do PT a partir do impacto profundo da mudança de período ocorrida no Brasil entre os anos de 1989 e 1994.



AS LÓGICAS DOS PROGRAMAS

Vamos aqui resumir o argumento central da tese, sem pretensões de reproduzir toda a riqueza de sua trama analítica.

No capítulo 1, “Contornos e idéias nucleares do programa de desenvolvimento nacional do PT”, Carlos Henrique refaz a trajetória programática do PT desde o 4º Encontro Nacional do PT (junho de 1986) até o 9º Encontro Nacional (maio de 1994).

Há uma linha clara de acumulação que vai do 4º Encontro Nacional até o 6º Encontro Nacional (junho de 1989) que impulsiona o partido para a grande disputa com Collor nas eleições presidenciais. Três grandes questões organizam, então, o acúmulo programático: a questão nacional (autonomia e confronto com o imperialismo), da propriedade (reforma agrária em larga escala bem como a hipótese de estatização do sistema financeiro) e do poder (o governo democrático e popular concebido como alavanca de ultrapassagem da ordem burguesa). O tema da inflação não é desenvolvido. O tema do desenvolvimento nacional aparece, assim, atado e subordinado à transformação do poder político.

Após o 1º Congresso (que dedica apenas 5 dos seus 170 itens aos temas mais vinculados ao desenvolvimento nacional) e do 8º Encontro Nacional (junho de 1993, que retoma a reflexão sobre o projeto petista para o país sem lançar, no entanto, novas bases para a discussão), o PT cristaliza um novo programa no 9º Encontro Nacional (maio de 1994). Neste último, o tema do projeto de desenvolvimento orienta e subordina, ao contrário de 1894, o tema do poder, tratado sob o ponto de vista da “democratização e desprivatização” do Estado. Propõe-se um novo ciclo “longo e virtuoso de crescimento da economia nacional”. O tom mais economicista do programa incide sobre o tratamento da questão agrária (a ênfase na política agrária e menos na

forma ampla da propriedade) e da questão nacional (ênfase no mercado interno com um tratamento menos conflituoso das relações com a nova ordem internacional). O tema da inflação recebe, no entanto, um tratamento mais longo, sob a perspectiva de um tratamento gradualista e não frontal.

Segundo Carlos Henrique, a desradicalização do programa expresso em seu tom economicista não lhe fornece maior viabilidade histórica. Pois as classes dominantes, já unificadas em 1994 sob a candidatura Fernando Henrique, estão mobilizadas em uma direção exatamente oposta aos conteúdos desenvolvimentistas defendidos pelo PT.

A CRISE NACIONAL

O segundo capítulo, “Contexto histórico e projeto de desenvolvimento nacional do PT”, repõe o impacto da evolução da conjuntura sobre o processo de elaboração programática do PT. A intenção de Carlos Henrique é – relativizando a ênfase da análise dos elementos de relação com a institucionalidade estatal e correlação de forças internas – explicar a evolução do PT em função do grande deslocamento da correlação de forças entre classes e projetos verificado no Brasil e, principalmente, no plano internacional nos anos oitenta e noventa.

O ano de 1989 é visto como o epicentro de uma crise nacional, que continha fortíssimos elementos de instabilidade da ordem e de possibilidades revolucionárias. No entanto, a conjuntura nacional está defasada das grandes linhas de força presentes nos anos oitenta no cenário internacional, marcados pelo auge da expansão neoliberal. Após a fracassada tentativa Collor, a candidatura Fernando Henrique Cardoso sintetiza a junção entre a conjuntura internacional e um novo momento de unidade projetual das classes dominantes brasileiras.

O cerco ao PT evidencia-se em sua crise de identidade (1º Congresso) e seu

impasse programático. Assim, o programa petista de 1994 aparece como uma tentativa de contornar – não superar – o impasse pela via direita, isto é, absorvendo fortíssimos elementos intrínsecos de pactação com a ordem exatamente no momento em que ela está fechada e unificada contra o PT.

AS FONTES HISTÓRICAS

O capítulo 3, “Para onde vai o desenvolvimento?”, propõe-se, ao final, pensar os deslocamentos do programa do PT frente às três grandes fontes teóricas, o estruturalismo cepalino, as teses da dependência e a tradição marxista do desenvolvimento desigual e combinado.

Após toda uma pesquisa analítica, a tese conclui: “é possível dizer que o projeto de desenvolvimento nacional do PT oscila entre duas grandes perspectivas: a socialista e a reorganizadora-reformadora do capitalismo brasileiro. É plausível apontar aproximações em cada um dos pólos deste movimento, respectivamente, com a corrente que interpreta o desenvolvimento capitalista a partir do seu caráter desigual e combinado e com o estruturalismo. Nas grandes questões definidoras de um projeto desta natureza, a temática da dependência não se insere – embora isto ocorra em passagens importantes, mas não determinantes do programa – de uma maneira similar às duas outras correntes analisadas. Ela está presente sobretudo na variante que dá peso à ‘interiorização’ da dependência, na valorização das condições internas, nacionais, do processo; e, simetricamente, na subvalorização dos condicionantes internacionais”.

RAIZ E FUTURO

A possibilidade de superar um impasse passa sempre pelo dimensionamento rico, amplo e não dogmático de seus fundamentos. A contribuição de Carlos Henrique nos parece imprescindível para o PT exatamente por estas qua-

PETISTA

lidades. O seu valor é estabelecer em um plano lógico e racional o "inconsciente petista", os pesadelos e sonhos que visitam a nossa utopia, os limites entre a nossa imaginação transformadora e o sentido de realidade, a nossa raiz e futuro.

A minha leitura evidencia três áreas que mereceriam o aprofundamento da reflexão.

A tese formula com propriedade a centralidade do poder e do Estado para se pensar em uma estratégia de desenvolvimento para o país. Isto é, a centralidade da questão democrática no programa. Em 1994, esta dimensão perde importância frente ao tom economicista que prevalece. Mas, também é certo que em 1989, se a questão do poder estava centralmente colocada, ela estava muito longe de ser equacionada: sobre que bases democráticas o Estado brasileiro seria refundado se apostamos em uma lógica de ruptura da ordem institucional? Esta me parece a questão central que não foi respondida até hoje, nem mesmo pela esquerda partidária.

Em segundo lugar, a tese afirma também com propriedade que os vários programas do PT têm subestimado a relevância da relação Brasil/ordem internacional em suas formulações. O que é mais grave se levamos em conta as enormes e profundas mudanças ocorridas de 1989 para cá. Ora, caberia examinar como este cenário internacional – prevalecimento da ordem capitalista, ausência de uma atualidade histórica em uma temporalidade de curto e médio prazo da revolução socialista – questiona as três correntes que influenciaram a elaboração programática do PT. Em particular, a tese da revolução permanente me parece questionada em sua lógica básica, a dimensão internacional do processo da revolução. Se não cabe a solução "socialismo em um só país", como dimensionar e equacionar a ruptura com a ordem capitalista no Brasil em relação com este contexto internacional adverso?

Parece-me simplificado o exame das teses cepalinas bem como, em alguma medida, desequilibradamente injustas as críticas a elas formuladas. Também no exame das chamadas "teorias da dependência", caberia examinar o dissenso nelas presente, inclusive com a análise da contribuição histórica de Fernando Henrique e Enzo Faletto. Caberia também um exame crítico-histórico das riquezas e limites contidas na tese marxista do desenvolvimento desigual e combinado.

Por fim, o registro de uma pequena polêmica. A tese de Carlos Henrique polemiza, entre outras, com a minha tese de mestrado *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*, defendida em 1990. O assunto da polêmica é a tendência da evolução do PT. Fica apenas o registro de que a tese *Claro enigma...* está longe de explicar a evolução do PT monocausalmente, isto é, apenas pela relação do PT com a ordem estatal. Concordo com a importância dada por Carlos Henrique ao impacto no PT das mudanças ocorridas no mundo e no Brasil. Quando a minha tese foi defendida, estas mudanças ainda não eram de todo visíveis para a nossa geração que tinha sido protagonista do grande ascenso dos anos oitenta no Brasil e que havia realizado em 1989 a sua primeira tentativa de "assaltar os céus".

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DE POLÍTICA NA UFMG.

O momento atual é marcado por uma crise do modelo da saúde pública no Brasil. Ela se expressa como uma crise de eficácia, na medida em que não consegue responder às necessidades da população; uma crise de legitimidade, dada a iniquidade presente na assistência à saúde e a não observância do princípio da universalidade de acesso aos serviços; e uma crise de financiamento de longa data, devido em grande medida ao desfinanciamento da saúde pelo governo federal.

A crise do modelo assistencial teve uma construção histórica, a partir do desenvolvimento de uma crescente indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos. A incorporação tecnológica e sua forte presença na produção da assistência à saúde serviu, de um lado, para alavancar o desenvolvimento capitalista na saúde e, de outro, forçou a configuração de um modelo assistencial centrado na produção de procedimentos.

O efeito devastador desta política é sentido hoje a partir da cultura criada nos serviços de saúde de que a sua resolutividade é diretamente proporcional à incorporação de máquinas, equipamentos e fármacos de última geração. Esta mesma idéia está inteiramente presente no imaginário da população, que entende como um atendimento satisfatório aquele centrado na prescrição, ou seja, exames e medicamentos são o indicador de um bom atendimento.

Um serviço que opera centrado nas tecnologias inscritas nos equipamentos é um serviço que abandonou a "ética do humano" e trabalha de acordo com a lógica do "capital". Práticas guiadas pelas relações, acolhimento, vínculo, responsabilização foram há muito abandonadas pelo atual modelo que prefere ações sumárias e um atendimento burocratizado.

Não há dúvida de que o avanço tecnológico na saúde é importante, contudo essa incorporação tecnológica, poderia ser utilizada como mais um recurso para a "produção do cuidado". No entanto, ela é usada como o principal recurso pelo modelo de assistência, o que cria as distorções relatadas.

Este modelo de assistência além de não assistir adequadamente a população é extremamente caro e é o principal fator responsável pela crise na saúde. Não apenas a crise de financiamento, tendo em vista os altos custos, mas a crise de eficácia, na medida que sua intervenção não é comprometida com o usuário e seu problema de saúde, mas com a "produção de procedimentos", como ação em si mesma.

A PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

As respostas à crise do modelo assistencial, apresentadas pelo Ministério da Saúde, vêm agregadas ao receituário do Banco Mundial, uma das principais referências internacionais dos países em

desenvolvimento nas questões referentes ao financiamento público. O Ministério, oferece como proposta o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A princípio, estas propostas soam simpáticas, na medida em que privilegiam a vigilância à saúde, ou seja, a educação e prevenção à saúde. O problema é que o PSF e PACS param aí e não avançam no sentido de propor uma real mudança da assistência, invertendo a prática clínica e rompendo com o "modelo produtor de procedimentos". É como se o PSF e PACS ao centrarem sua ação na vigilância à saúde, deixassem o exercício da clínica para o modelo médico hegemônico, o que não resulta em nenhum impacto sobre o atual modelo assistencial. Este continuaria operando conforme o perfil relatado. Essa estratégia evita contrariar os interesses dos grupos econômicos e corporações que se beneficiam do atual modelo assistencial.

A proposta do PSF e PACS tem um forte componente racionalizador, o que significa que sua lógica de organização da assistência é centralmente dirigida pela redução de custos face a baixa disposição do Estado em financiar a saúde e não pela necessidade dos usuários. Sua normatização é bastante centralizada no governo federal, o que impede ações mais criativas e muitas vezes necessárias por parte dos municípios.

O agravante na proposta do Ministério da Saúde, ao aplicar a agenda do Banco Mundial, é o fato de que isto significa deixar de considerar a saúde um bem público, um direito que deve ser garantido pelo Estado. Há uma idéia geral preconizada pelo Banco Mundial e muito difundida entre os neoliberais, de que o Estado deve ofertar as ações de baixa complexidade como, por exemplo, imunizações, vigilância sanitária e ambiental, e cabem aos usuários pagarem pelas ações de média e alta complexidade. Assim estas ficariam ao cargo do setor privado devendo ser pagas pelo "consumidor" ou no ato do procedimento ou através de planos de saúde. É uma forma de minar as conquistas com o Sistema Único de Saúde (SUS), sem confrontar a legislação do SUS de forma direta, o que certamente traria grande desgaste ao governo.

AGENDA DO MOVIMENTO

Por outro lado, nós que nos organizamos em torno da defesa do SUS e as entidades em movimentos que se estruturam no plano nacional, não têm apresentado alternativas globais de mudança dos serviços de saúde. Agimos na maioria das vezes, respondendo aos ataques que o Ministério da Saúde faz ao SUS, ou seja, sobre a agenda do Ministério da Saúde. Urge pensar nova uma agenda para a saúde.

Para a construção desta nova proposta, será necessário pensarmos algo em

A CRISE DA SAÚDE DECORRE DE UM MODELO DE ASSISTÊNCIA CENTRADO NOS PROCEDIMENTOS E NA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

TÚLIO BATISTA FRANCO

torno de um novo paradigma, ou seja, mais do que um modelo assistencial, um novo pensamento deve se organizar e se desenvolver para a organização da assistência à saúde. A nova proposta deveria partir de alguns princípios básicos, quais sejam:

1. Uma assistência centrada nos usuários e seus problemas de saúde e não mais na produção de procedimentos.

2. Os serviços de saúde devem trabalhar a "produção do cuidado", que significa oferecer ao usuário o que for necessário, mas principalmente trabalhar uma clínica centrada em ações acolhedoras, no vínculo e responsabilização dos profissionais para com os usuários e fundamentalmente em relações onde o usuário seja também sujeito e protagonista da produção do cuidado.

3. O novo modelo deve se organizar a partir de um equilíbrio dinâmico entre o acolhimento, a clínica e a vigilância à saúde, usando para isto saberes diversificados que possam contribuir na produção do cuidado.

A partir das contribuições teóricas do grupo que se organiza em torno do Laboratório de Planejamento em Sistemas de Saúde da Unicamp, importantes experiências no sentido da reorganização de modelos assistenciais para a saúde têm sido encaminhadas em diversos municípios, sob a denominação de "Modelo em Defesa da Vida", que trabalha com as diretrizes do Acolhimento, Vínculo/Responsabilização, Resolutividade e Autonomização. Estas experiências municipais oferecem material para a construção de uma nova agenda para a saúde.

Para maior conhecimento desta proposta, existem algumas indicações bibliográficas úteis:

- Gastão Wagner de Sousa Campos. *Reforma da reforma, repensando a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Luiz Carlos de Oliveira Cecílio (org.). *Inventando a mudança na saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Emerson Elias Merhy & Rosana Onicko (orgs.). *Agir em saúde, um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TÚLIO BATISTA FRANCO É PSICÓLOGO SANITARISTA E MESTRE EM SAÚDE COLETIVA PELA UNICAMP.



50 ANOS DE O SEGUNDO SEXO

A OBRA DE SIMONE DE BEAUVOIR É CONSIDERADA O MARCO FUNDADOR DO FEMINISMO MODERNO. QUAL É SUA ATUALIDADE 50 ANOS DEPOIS DE SUA PUBLICAÇÃO?

ENTREVISTA
COM DIANE LAMOUREX

EM QUE É QUE SIMONE DE BEAUVOIR FOI UMA PIONEIRA?

Quando o "Segundo Sexo" foi publicado, em 1949, não existiam movimentos feministas organizados. Esta obra está, então, contra-corrente do pensamento dominante. Estávamos em plena fase de *baby boom*, de assimilação da mulher à mãe, enquanto a taxa de atividade assalariada feminina estava provavelmente no nível mais baixo. As lutas precedentes, pelo direito de voto ou pela igualdade profissional, tinham esmorecido. Estávamos em pleno discurso sobre a natureza, quando aparece Simone de Beauvoir afirmando que não há nada de natural na situação reservada às mulheres...

Parece que Beauvoir ignora — ao menos silencia-o — a existência de um movimento feminista anterior. As suas referências bibliográficas dizem respeito a textos eruditos, principalmente de psicanálise, que não são feministas, trabalhos universitários na maior parte masculinos. Ela conhece, porém, Virginia Woolf. É como se, de algum modo, começasse do nada, mas inova. E inova também pela extensão do seu propósito. Já tinham sido feitas análises específicas (exclusão das mulheres da esfera pública, trabalho assalariado, contracepção, aborto, maternidade...). Mas ela faz uma abordagem muito mais geral da questão, nas suas várias manifestações, para mostrar que há uma construção social da "feminilidade".

ELA TAMBÉM SE PRONUNCIA, DE FORMA CONVICTA, A FAVOR DA LIBERDADE DO ABORTO.

Sim, mas isso não era assim tão novo no contexto francês. A reivindicação tinha-se afirmado face às leis de 1920 contra o aborto, com vista ao repovoamento do país depois da Primeira Guerra Mundial. Apesar das campanhas populacionistas, as estatísticas dos nascimentos mostram que a França, embora católica, está bastante próxima dos países protestantes. Uma corrente neomalthusiana coexiste com uma corrente natalista. Mas desde meados dos anos 30, a corrente malthusiana está totalmente abafada. Dado este contexto, Beauvoir vai efetivamente em contra-corrente. Mas ela vive num meio existencialista, que quer ir contra-corrente e cujo estilo de vida, no imediato pós-guerra, obriga a que não se reproduza o estilo do entre-guerras. A imprensa desanica com Beauvoir mal ela publica na revista *Temps Modernes* uns capítulos sobre a lesbica (assunto escandaloso numa altura "familiarista"), a materni-



REPRODUÇÃO DE KHALIL GIBRAN

dade (iniciando a questão do aborto) e a iniciação sexual (descrevendo sem rodeios os corpos e a sexualidade).

COMO AVALIAR O PENSAMENTO DE BEAUVOIR SOBRE A EMANCIPAÇÃO?

Simone de Beauvoir dedica-se mais a descrever os mecanismos de construção social da posição subalterna das mulheres do que a avançar um programa para sua emancipação. O fim do livro, que incide sobre a questão da libertação, é breve. A sua visão da libertação não é muito original. Ela menciona o direito de voto, sem aí se alargar, como se a questão perdesse sua acuidade com a proclamação da igualdade dos sexos na Constituição da IV República. Mais do que no terreno propriamente político, situa-se no da agitação intelectual, para fazer germinar novas maneiras de ver. A ação política organizada não é o seu assunto. Aliás, a revista *Temps Modernes* exprime mais uma corrente de ideias do que um projeto político.

Beauvoir liga a emancipação com o acesso ao trabalho remunerado, a independência financeira, uma análise bastante clássica desde a generalização do assalariamento no século XIX. Insiste, o que já é mais inovador, na emancipação sexual, que irá influenciar as feministas do pós-68, que vivem a segunda revolução sexual devido à pílula contraceptiva. Ela fica um pouco na retaguarda no que escreve sobre a construção da opressão das mulheres. A sexualidade parece-lhe um problema fundamental para as mulheres, mas ela situa-se, até quando fala da mulher independente, dentro de uma problemática da heterossexualidade. O lesbianismo, assimilado a amores adolescentes, não existe como escolha.

Para que a emancipação seja possível, seria necessário que as consequências da heterossexualidade sejam iguais para homens e mulheres, havendo uma distinção entre heterossexualidade e procriação (portanto, contracepção e aborto). Nos capítulos sobre a iniciação sexual e o casamento, a percepção das relações heterossexuais assemelha-se

muitas vezes a uma forma mais ou menos conveniente de violação. No capítulo sobre a emancipação, ela explora como isso poderia mudar e esboça relações, digamos, de amizade amorosa: o diálogo entre duas subjectividades, masculina e feminina, assente numa cumplicidade, um sentido de respeito. O sexo além da ternura, se quisermos.

Para Simone de Beauvoir, as mulheres têm também direito ao prazer sexual, emancipação não quer dizer renúncia à sexualidade. A emancipação das mulheres diz respeito à sociedade e aos corpos. Beauvoir não funciona aqui segundo o modo "já que a razão é a única coisa que os homens e as mulheres têm em comum, funcionemos como seres de razão e dominemos as nossas paixões." Ela mete a paixão na sua visão da emancipação, onde razão e paixão se conjugam, mais do que se opõem. Esta emancipação não está desencarnada. Beauvoir parte da fenomenologia e não se adapta a cisão cartesiana entre o corpo e a mente. O corpo é, antes de mais, uma situação.

O corpo é o nosso modo de ser no mundo. Aquilo que chamo "as três figuras do corpo" têm, em Simone de Beauvoir, cada uma sua importância. A primeira figura é a da "carne inerte", que significa não possuir o próprio corpo. Uma sociedade sexista quer fazer do corpo das mulheres uma carne inerte. "Uma consciência que não pode ser transcendente porque está sempre sujeita a uma outra consciência, à transcendência de outrém." As mulheres não se possuem fisicamente. Um tema que voltamos a encontrar na sua análise da gestação, quando fala do feto como uma vida alheia habitando a mulher, esvaziando-a quando expulsa.

A segunda figura, intermediária, é da rebelião do indivíduo dentro do corpo submisso. Não se nasce mulher, torna-se mulher. De início, as mulheres eram, como os homens, indivíduos com um corpo, uma mente, dotados de subjectividade, de projetos. A construção do corpo feminino inclui violência (a tentativa de produzir uma carne inerte) e

crises (a manifestação da subjectividade que querem aniquilar). O sentimento de injustiça emerge da fabricação social dos corpos femininos. A dominação dos "indivíduos como corpo feminino" pode ser muito forte, mas nunca chega a ser total. Isso permite que se procure a emancipação e leva à terceira figura: o corpo torna-se habitado por dentro pela subjectividade feminina. A emancipação das mulheres não é a da razão desencarnada. Sempre haverá dois sexos, mas os papéis atribuídos a cada um podem mudar. Como o corpo é o nosso modo de ser no mundo, o nosso ponto de contato com o mundo e com os outros, a emancipação das mulheres far-se-á dentro dos seus corpos. A emancipação é habitar o seu corpo com prazer.

A questão continua atual, como o mostra a evolução do sistema dos direitos na modernidade política. Os homens adquiriram o direito à segurança antes dos direitos políticos e direitos sociais. As mulheres devem ainda adquirir esse direito à segurança. Embora os progressos sejam muitos no domínio da contracepção e do aborto e se produzam pílulas contraceptivas muito menos nocivas, fazem-se pouquíssimas investigações médicas neste domínio: aí intervêm escolhas de ordem social. Até nos países onde está legalizado, o acesso ao aborto pode ser limitado (pela ausência de centros de saúde, pelo fato do reembolso não ser integral...) ou posto em causa. A violência conjugal ou outra — violência contra as mulheres, violação, o tratamento judiciário ou policial da violação — mostram que a segurança das mulheres, o seu direito a dispor de si mesmas, ainda está longe de ser garantida. Para não falar na escravidão sexual das mulheres e das meninas em inúmeros países...

Simone de Beauvoir empenhou-se, no fim da sua vida, na luta contra a violação, reencontrando o "neofeminismo" que surge no final dos anos 60, movimento no qual a reivindicação pela liberdade do aborto desempenha o mesmo papel que, anteriormente, a luta pelo direito ao voto. A liberalização do aborto não resolveu tudo, mas esse combate constituiu um ponto de reunião — e de separação — entre feministas e não feministas. Teve um poder federativo. Beauvoir podia reconhecer-se facilmente nesse movimento. Mais do que no "feminismo tranquilo" dos anos 60, cujos temas (evolução do estatuto jurídico das mulheres casadas, integração das mulheres nas novas formas de trabalho assalariado) não estavam em contradição com o que ela considerava como um aspecto fundamental: a emancipação sexual.

DIANE LAMOUREX É PROFESSORA DE CIÊNCIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE DE LAVAL (QUÉBEC). ACABA DE EDITAR UMA OBRA COLETIVA, LES LIMITES DE L'IDENTITÉ.



MARIA LAURENCINI/1913

ORGULHO E CIDADANIA

Há 30 anos, homossexuais de diversos países têm celebrado, nas grandes cidades do mundo, a data de 27 de junho como o Dia Internacional do Orgulho de Gays e Lésbicas — organizando e realizando paradas para reivindicar direitos civis e lutar pela cidadania plena. Este ano, a Parada do Orgulho de Gays e Lésbicas levou mais de trinta mil pessoas às ruas de São Paulo. Na origem da data está a noite de 27 de junho de 1969. Cansados dos atos de

violência constante praticados pela polícia contra os homossexuais, os frequentadores do bar *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, reagiram aos ataques que sofreram. Foram três dias de lutas, com muitos feridos, mas a palavra de ordem “sou homossexual e tenho orgulho” foi gritada pelos manifestantes e se tornou uma marca de nosso movimento. O grupo Frente de Libertação do Orgulho de Gays e Lésbicas decretou esta data como o Dia do Orgulho de Gays e Lésbica.

No Brasil, a primeira parada aconteceu em junho de 1995, no Rio de Janeiro, durante a 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas. Em 1997 realizamos a primeira Parada do Orgulho Gay em São Paulo. Tendo como tema “os direitos dos gays e lésbicas são direitos humanos”, ela contou com a participação de duas mil pessoas. No ano passado, o número de participantes quadruplicou, contando com a participação de diversos setores da sociedade civil, como sindicatos, universidades, artistas e políticos comprometidos com a temática. O tema de 1998 foi “somos muitos e estamos em todas as profissões”.

Neste ano de 1999, foi formada uma associação, registrada como pessoa jurídica, o que auxiliou a consolidação da parada. Este avanço de organização se refletiu nas trinta mil pessoas que foram à Avenida Paulista e caminharam pelas ruas de São Paulo, mostrando seu orgulho e exigindo respeito, numa clara demonstração de que cada dia aumenta o número de cidadãos que assumem sua orientação sexual e reclamam seus direitos.

VISIBILIDADE NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO

Sair do gueto e ir para as ruas não significa o fim do preconceito e da discriminação, mas a presença desta multidão, antes invisível, assumindo sua orientação sexual permite que utilizemos a visibilidade como uma arma contra o preconceito.

Se tomamos as ruas das principais cidades do mundo é porque o respeito a nós, homossexuais, ainda não existe. Os problemas são inúmeros, desde o não-reconhecimento do direito à parceria civil até a violência contra gays e lésbicas, que por vezes pagaram com a vida o fato de manifestarem sua orientação sexual. Diariamente enfrentamos o preconceito, frente a uma sociedade que se nega a dialogar com a diferença, demonstrando constante ignorância,

GAYS E LÉSBICAS

A PARADA DO ORGULHO DE GLBT LEVOU, EM 27 DE JULHO, MAIS DE 30 MIL PESSOAS ÀS RUAS DE SÃO PAULO.

NELSON PEREIRA

cia ao lidar com a homossexualidade.

Países como a Itália, Inglaterra, França e Holanda vem promovendo discussões acerca dos direitos e do respeito à cidadania das minorias sexuais, aprovando legislações que viabilizam estes direitos. Mas não existe o reconhecimento, pela legislação vigente no Brasil, dos direitos dos homossexuais. A discussão apenas começa a ser feita, de forma embrionária, nas várias esferas de poder.

Em algumas cidades do país, como Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Campinas, já existem leis que estabelecem como crime a discriminação por orientação sexual. No Congresso Nacional, o projeto de lei da ex-deputada Marta Suplicy, relativo à parceria civil, não passou pelo crivo moral da bancada evangélica. A resistência permanece...

Nesse sentido, devemos intensificar o debate sobre os direitos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil e colocar o combate à discriminação pela orientação sexual e os crimes de ódio no pauta do debate nacional. A Organização da Parada do Orgulho de GLBT vem somar com a luta daqueles que querem fazer com que os direitos sejam iguais para todos. E que a orientação sexual das pessoas não seja um fator diferenciador na aplicação das leis.

NELSON MATIAS PEREIRA É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PARADA ORGULHO GLBT DE SÃO PAULO

CIÊNCIA

DNA NO COFRE

Quando queremos guardar alguma coisa que nos é muito preciosa, logo pensamos em trancá-la em um cofre. Livre de qualquer ação maléfica. Pois bem. Descobriu-se agora que um processo semelhante acontece no interior das células de determinadas bactérias. O material mais importante que uma célula possui é sua informação genética. Este é o material que permite à célula criar uma cópia de si mesma. Ou permite a uma célula criar um ser multicelular (como nós mesmos). A informação genética está “codificada” no DNA (ácido desoxiribonucleico), uma molécula enorme que existe no interior das células.

Pesquisadores do Instituto Weizmann (Israel) descobriram que um processo bastante curioso ocorre em bactérias ameaçadas por falta de comida ou pela ação de substâncias destruidoras, como os conhecidos radicais livres (“lixo” produzido no organismo, que pode danificar o material genético das células). Quando submetidas a ataques, estas bactéri-

as produzem um tipo diferente de proteína. Esta proteína se junta às moléculas de DNA, formando uma estrutura cristalina, em forma de fitas. O papel desta estrutura ainda não é claro, mas uma hipótese é que sirva para proteger a informação genética da ação de substâncias que poderiam destruí-la. Esta pesquisa pode abrir caminhos para o armazenamento de DNA e outras biomoléculas. Este não pode ser congelado junto com água, pois perde sua forma. Contudo, colocá-los em “cofres” poderia ser um meio de evitar sua degradação. (*Nature*, Jul. 1999)

A POLÊMICA DOS TRANSGÊNICOS

Nos últimos meses temos visto um acalorado debate sobre os alimentos transgênicos. Este é um debate onde estão envolvidas cifras consideráveis.

Existem duas questões básicas: o que são as plantas transgênicas? e quais são os possíveis riscos que podem trazer? Diferentes de outras plantas obtidas através de melhoramento genético (como quase todos os alimentos que consumimos), as plantas transgênicas (ou os seres vivos transgênicos, pois também existem animais transgênicos) são obtidos através da implantação de genes que não são típi-

cos da espécie em questão. A maior aberração que já se viu foi a de um rato que produz orelhas humanas em suas costas, a partir da introdução de genes em seu código genético. A maior parte dos alimentos que consumimos são obtidos a partir de reforço de algumas características próprias das espécies, mas mantendo a estrutura básica do código genético. Mesmo os híbridos (que são feitos de espécies ligeiramente diferentes) ainda mantêm esta estrutura básica.

Quais os riscos dos transgênicos? As questões a seguir levantadas foram extraídas de um texto publicado pelo CREA/RJ (www.infolink.com.br/~peco/tectr02d.htm).

Em primeiro lugar, não é possível limitar o cultivo das plantas transgênicas, sem que haja alguma interação com o ambiente. Pássaros, insetos, o vento etc poderiam ser agentes responsáveis pela propagação destas plantas. Assim, as plantas transgênicas, por competição natural, poderiam eliminar outras espécies.

Há também riscos para a saúde. Apesar da ideia popular que a cada característica está associada um gene e cada gene é responsável por uma característica apresentada pelo indivíduo, na maior parte das vezes as características dos indivíduos são produto de interação

entre os genes. Assim, ao introduzir um gene associado a uma característica, não é possível saber — em princípio — que outros efeitos poderão surgir. Muitas plantas produzem naturalmente uma variedade de compostos como as neurotoxinas, inibidoras de enzimas, que podem ser tóxicos e alterar a qualidade dos alimentos. Geralmente, estes compostos estão presentes em níveis não tóxicos. Mas podem ser produzidos em altos níveis. A qualidade nutricional dos alimentos pode ser diminuída. Também sua absorção pode ser modificada. Novas substâncias podem representar alterações na composição dos alimentos. Novas proteínas que causam reações alérgicas podem entrar nos alimentos. Os genes antibiótico-resistentes podem diminuir a efetividade de alguns antibióticos em seres humanos e nos animais.

As pesquisas em engenharia genética envolvem questões profundas nas mais variadas áreas, da ética à saúde pública. Devido aos interesses comerciais, há uma clara ação no sentido de minimizar riscos. Vimos isto em relação ao buraco da camada de ozônio, efeito estufa etc etc. Vale a pena pagar o preço que nos exigem?

Américo Bernardes

A S S I N E
REVISTA SEM
TERRA
Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E
CORREIO DA CIDADANIA
Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

NEGT E KLUGE DISCUTEM AS CONDIÇÕES PARA A AÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NO CAPITALISMO ATUAL

ISABEL LOUREIRO

Antes tarde que nunca. Oskar Negt e Alexander Kluge, autores consagrados na Alemanha e quase desconhecidos no Brasil, tornam-se finalmente acessíveis com *O que há de político na política?* (São Paulo: Ed. da Unesp, 1999), reflexão densa e extremamente original sobre o exercício da política no mundo contemporâneo.

Contra a visão da política como atividade exercida por profissionais que, falando em nosso nome, manejam os cordões da "arte do possível", os autores formulam uma crítica radical à *Realpolitik*. Exatamente por isso, embora escrito sob o impacto do colapso do comunismo e da reunificação alemã, o livro nada perdeu de seu interesse e atualidade. Pelo contrário. As reflexões feitas no calor da hora, suscitadas por eventos que parecem já fazer parte de um passado longínquo, conservam toda a vivacidade e o poder de nos fazer refletir sobre a história vertiginosa desta última década, levando-nos a concluir pela inexistência de qualquer inevitabilidade nesse percurso. História não é destino.

Tendo a noção de possibilidade histórica como fio condutor, Negt e Kluge privilegiam os momentos de ruptura em que os múltiplos fios que formam a trama de uma determinada conjunção histórica ficam soltos, podendo vir a tecer uma nova constelação, desde que nós, os atores sociais, atuemos conscientemente. Para isso "precisamos aguçar nossa capacidade política de julgar." (17) Este conjunto extraordinário de reflexões sobre temas como direitos humanos, censura, revolução, trabalho, capital, sobre a morte, o massacre na Praça da Paz Celestial, a Guerra do Golfo, o marxismo, o tempo, visa justamente ampliar nossa capacidade de discernimento em política, não deixando cair no esquecimento a barbárie perpetrada pela *Realpolitik*.

Na tradição do Iluminismo europeu e do pensamento dialético vivo, o livro tem como objetivo declarado ampliar a autonomia humana, possível apenas no interior de uma esfera pública independente, cuja vitalidade depende de conservarmos "aberto o caminho imediato entre a subjetividade e a comunidade." (303) Um pólo se fortalece com o fortalecimento do outro e não às expensas do outro, é a convicção expressa das mais variadas e instigantes maneiras.

CAPACIDADE DE DISCERNIMENTO

Um dos grandes méritos destes ensaios, uns de caráter mais teórico, outros compostos de pequenos textos chegados ao aforisma, outros ficcionais, é não separar conteúdo e forma. Tratando de "evitar a consideração reificada da história" (273), ou seja, acreditando que a história é fruto da ação humana, nos seus avanços e recuos, a qual provém do entrelaçamento de sentimentos, razão e desejo dos indivíduos, os autores, que também fazem parte dessa trama, revelam como sua própria experiência de vida



HANS-ARND CIECHAU/175

O QUE HÁ DE POLÍTICO NA POLÍTICA?

os levou a um determinado caminho teórico-político. É o caso do interesse pelo socialismo, da defesa da esfera pública, do bem comum, da "reconstrução da comunidade humana" e uma sensibilidade para o tema da compulsão à repetição histórica.

Para os autores, é central o vínculo entre política e capacidade de discernimento – a capacidade de distinguir entre uma prática que leva à emancipação, à organização racional da sociedade e à libertação individual e outra que é indiferente a ela, formando quando muito a política como uma esfera profissional separada. Para que a dimensão política da vida possa ser exercida num sentido emancipador é preciso haver o que eles chamam de relações de medida, ou seja, é necessário haver uma proporção entre os vários elementos constitutivos da vida social, tendo por fim o bem-estar da comunidade. "Se observadas atentamente, a autodissolução do 'socialismo realmente existente' e a reunificação da Alemanha contêm em si relações de medida muito ricas; mas a rapidez do desenvolvimento não garantiu a nenhum elemento o tempo adequado para o seu desdobramento." (17) Em outros termos, uma política que vise a autonomia do sujeito carece de tempo – só assim uma comunidade pode criar-se e desenvolver-se. "Essa reserva de tempo é, em política, a relação de medida mais importante." (26) Assim, uma ação coletiva só é política quando associada à categoria da comunidade que, por sua vez, está ligada à da duração. Onde não há tempo, não há medida, e sim confusão, equívoco, destruição.

Para os autores, três grandes desafios no século XX ainda não foram solucionados: a questão social, a questão da democracia política e o problema da emancipação individual (246), cada um deles só podendo ser resolvido junto com os demais. Passados dez anos, estas questões fazem com que a alternativa socialista continue no horizonte. Porém ela precisa ser repensada a partir de uma crítica impiedosa de suas ilusões e da fetichização da teoria de Marx.

A PRESENÇA DA HISTÓRIA

Negt recorda a passagem de *O mal-estar na civilização* em que Freud compara o psiquismo humano a Roma, a cidade eterna. Podemos imaginar que a Roma de hoje é uma superposição de todas as camadas de edifícios e monumentos que já existiram ali, desde a Antiguidade passando pela Renascença. A sucessão temporal dá-se como uma justaposição no espaço, a história se espacializa: o Coliseu e a desaparecida Casa Dourada de Nero coexistiriam, assim como o Panteão atual, erigido por Adriano, se ergueria sobre o original de Agripa. Freud esclarece como o passado psíquico coexiste com a forma final, o passado anímico retornando na vida presente do ser humano e causando muitas confusões, "se não for assimilado num processo de aprendizagem consciente" (306).

Para Negt, "somente o trabalho social consciente, coletivo, pode superar a presença fantasmagórica do passado, que perturba planos futuros, rompe a fatal compulsão repetitiva, e pode impedir o retorno do conteúdo recalçado. A transformação da herança cultural em formações sociais atuais depende, porém, do trato público com a história, que só desenvolve impulsos de aprendizagem em determinadas condições", isto é, os acontecimentos históricos traumáticos só podem tornar-se "normais" se forem conscientemente assimilados (307). Só então o futuro poderá surgir como criação do novo, sem os grilhões das fantasmagorias passadas que, como bem aponta o *Dezoi-to Brumário*, oprimem "como um peso do cérebro dos vivos". Evitar a repetição do passado tem como pré-condição levar a sério a ideia de que aprendemos com os próprios erros e que isso "é o que chamamos de experiência" (191).

O TEMPO PARA A POLÍTICA

Experiência, reflexão, "retorno à subjetividade, à intimidade, pois ali se cons-

troem os instrumentos que na esfera pública enriquecem substancialmente a esfera pública." (293) Reconquistar a esfera pública, espaço da ação política, implica criticar o conceito técnico-econômico administrativo de tempo, ao qual a política se encontra subordinada, opondo-lhe o tempo humano. Em contraste à contração do tempo, reduzido hoje ao giro do mercado financeiro, Negt recorre à sugestiva reflexão de Walter Benjamin sobre a revolução de julho de 1830 na França em que os revolucionários atiravam nas torres dos relógios a fim de romper o contínuo do tempo. "A apropriação do espaço público, sua ocupação prática, é inimaginável sem um momento de parada do tempo, sem que se parem os relógios." (89) O objetivo aqui é a formação de uma coletividade livre, não a produtividade e o lucro que para se realizarem precisam da "aceleração incondicional" (147), da renovação incessante e por conseguinte da destruição e do esquecimento de tudo que não é "moderno".

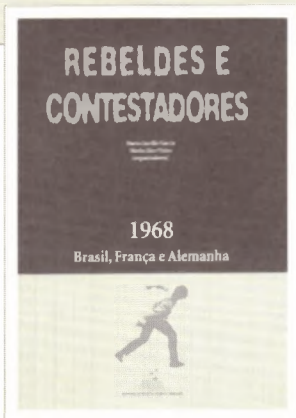
Contra "a velocidade como política" (283), que só leva ao "tempo vazio da repetição do mesmo" ou a um tempo "em que todo compasso contém a desvalorização do anterior", Negt pensa que "vale para as vidas humanas o que Rousseau disse a respeito da educação das crianças, isto é, que não se trata de ganhar tempo, mas de perder tempo. Elas necessitam de tempos qualitativos, orgânicos." (285) Donde a exigência da recordação, do trabalho do luto sobre tudo o que se perdeu, pois "só o trabalho sobre o que foi esquecido e perdido abre uma livre perspectiva para o futuro." (90)

O progresso é, para Negt, a "produção de espaço e de tempo públicos, para trazer de volta à memória os problemas reprimidos do passado e à tona a realidade oculta." (90) A ideia de progresso como aceleração incessante, que desconsidera os ritmos de tempo diferentes da história e da natureza orgânica, até agora só nos levou a catástrofe. Por isso mesmo as revoluções, ao interromperem o curso cotidiano do tempo, abrem espaço para energias novas, insuspeitas, para a solidariedade, a criatividade dos atores políticos que, buscando responder às questões deixadas sem resposta pelo caminho, procuram realizar as esperanças do passado. É esse conteúdo utópico sempre presente no início das revoluções que se trata de manter no horizonte, como uma espécie de iluminação para o cinzento da vida cotidiana.

No mais, é possível que a redução da jornada de trabalho favoreça a capacidade de recordação e a capacidade de os indivíduos se abandonarem "às relações complicadas e cuidadosas de um mundo afetivo desenvolvido" (164). Se isso ocorrer "o resultado poderia ser algo comparável ao ócio da Antiguidade grega. O ócio é uma forma pública de dispor do tempo." (165) É um tempo de incubação, que espera o momento de crescer (217), de amadurecer. Numa sociedade com muito tempo livre todos poderiam dedicar-se aos assuntos coletivos, tornando anacrônica essa camada separada de especialistas, os políticos.

Diante da ação predatória do capitalismo, se não formos capazes de reconquistar o espaço do agir político, usurpado pela esfera do mercado, não conseguiremos sair da barbárie reinante. Donde a oportunidade deste livro rigoroso e exigente.

ISABEL LOUREIRO É PROFESSORA DA UNESP E AUTORA DE ROSA LUXEMBURG: DILEMAS DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA (SÃO PAULO: ED. DA UNESP, 1995).



Raio-X da globalização

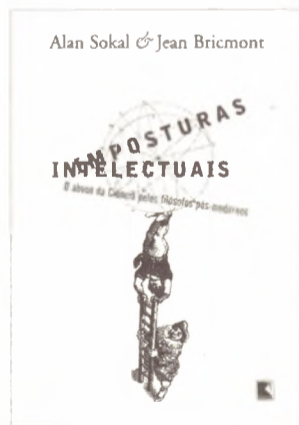
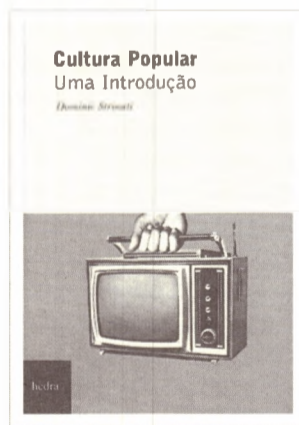
Michel Chossudovsky. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999. O economista canadense, profundamente engajado na luta internacional contra o neoliberalismo e colaborador do *Le Monde Diplomatique* e do *Third World Resurgence*, organiza os 17 capítulos do livro em seis blocos, dedicados ao impacto das políticas de ajuste, à África Subsaariana, ao sul e sudeste asiáticos, à América Latina, à Europa Oriental e ex-URSS e, finalmente, à crise financeira global.

REVOLUÇÃO E MARXISMO NO BRASIL

Revista *Crítica Marxista* nº 8, 1999. Neste número, um artigo de Robert Sayre e Michaël Löwy sobre Edward Thompson e Raymond Williams, um debate sobre a dialética de *O Capital* entre Francisco José Teixeira e Hector Benoit e um dossiê sobre revolução e marxismo no Brasil, com textos de Raul Pont, Emir Sader, Luis Fernandes, Bernardo Cerdeira e Ronald Rocha.

1968, 30 anos depois

Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *Rebeldes e contestadores, 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Textos do seminário realizado há um ano pela FPA. Uma primeira parte, tratando de 68 na França e Alemanha, é composta por artigos de Alain Brossat, Henri Weber, Wolfgang e Frigga Haug; uma segunda, introduzida por um texto de síntese de Marcelo Ridenti, contém outras 12 contribuições ao estudo de 1968 no Brasil; na terceira parte, Jean-Claude Guillebaud, Olgaria Mattos e Peter-Erwin Jansen debatem o seu legado.



PANORAMA DA CULTURA POPULAR

Dominic Strinati. *Cultura popular: uma introdução*. São Paulo: Hedra, 1999. A partir de pensadores como Adorno, Althusser, Barthes, Gramsci, Raymond Williams e Walter Benjamin, o autor discute as diversas formas de cultura popular; do jazz à música folk, do cinema à televisão, dos romances policiais às revistas femininas, numa abrangente introdução ao debate teórico sobre o tema.

Contra os pós-modernos

Alain Sokal e Jean Bricmont. *Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999. Uma contundente crítica à visão da ciência reduzida à discurso e texto pelos pós-modernos, com capítulos dedicados à Lacan, Kristeva, Irigaray, Latour, Baudrillard, Deleuze e Guattari e Virilio. Sokal ficou famoso por seu artigo farsesco publicado na revista pós-moderna *Social Text*.

CRIATIVIDADE COMO PROCESSO COLETIVO

Domenico De Masi (org.). *A emoção e a regra. Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. O sociólogo italiano organizou um estudo da criatividade como processo social, coletivo, a partir da análise de 13 casos famosos, entre eles, o Gupo de Bloomsbury, a Bauhaus, a Escola de Frankfurt, o Círculo de Viena e a escola de biologia de Cambridge. O livro tomou-se um campeão de vendas com o sucesso da participação de De Masi em duas edições do programa Roda Viva.

FOGO ESCONDIDO: O DESEJO



Fogo e desejo (Fire, India/ Canadá, 1996), filme de Deepa Mehta, com Nandita Das, Shabana Azmi, Jaaved Jaaferi, Kulbushan Kharbanda, Ranjit Chowdry e Kushal Rekhi.

Num dos primeiros diálogos, Sita pergunta para Jatin se ele lhe ama. Estão em viagem de lua de mel e a resposta é seca e simples: “como posso te amar se estamos casados apenas há três dias”. Esse é o início do filme cujo nome no Brasil é *Fogo e desejo*. *Fire, India/Canadá, 1996*, da diretora Deepa Mehta, conta a história de dois casais que vivem sob o mesmo teto na cidade de Nova Dehli. São duas esposas desprezadas pelos respectivos maridos, que se descobrem afetivamente e passam a viver uma relação romance/amizade.

O fogo – por isso o nome do filme em inglês – sempre foi tido como sinônimo de desejo. Aduauto Novaes, na apresentação do livro *O desejo* (Companhia das Letras), escreve que o “desejo fascina, quer dizer, faz brilhar o fogo escondido”. Esse fogo, que em brasa ficava escondido na alma, foi soprado pelo desejo dos corpos que ardentemente eram reprimidos por dois maridos. Um Ashok que administra um restaurante, casado há quinze anos com Radha, busca num líder religioso concretizar o seu desejo, a salvação através da purificação, não mantendo mais relações sexuais – razão do pecado ou da alma suja – com ninguém. Impede e reprime, assim, qualquer desejo de sua esposa. O outro, Jatin tem uma vida sexual e um obcecado – até inexplicável, se é que para o desejo e o amor existe explicação – amor, já antes do casamento, por uma chinesa, desprezando com isso Sita.

O filme é protagonizado por duas belas mulheres, mas a novidade para nós é o retrato que traça da cultura indiana, de características extremamente machista. Nele, tudo gira em torno do desejo e da busca de concretizá-lo. Todos desejam a vida e buscam-na através de diferentes meios.

Marilena Chauí, no texto “Laços

do desejo” (publicado em *O desejo*), escreve que “a palavra desejo deriva-se do verbo *desidero* que, por sua vez, deriva-se do substantivo *sidus* (mais usado no plural, *sidera*), significando a figura formada por um conjunto de estrelas, isto é, as constelações”. Essas estrelas são as que juntas com a lua, brilham como fogo, nas noites claras, encendiando as almas de desejo, que “chama-se carência, vazio que tende para fora de si em busca de preenchimento”. O preenchimento desse vazio é buscado por todos os personagens do filme: Sita (Nandita Das), Radha (Shabana Azmi), Jatin (Jaaved Jaaferi), Ashok (Kulbushan Kharbanda), Mundu (Ranjit Chowdry), (o empregado de Radha, que busca preenchê-lo com filmes pornográficos) e a sogra, Biji (Kushal Rekhi).

No dicionário, desejo é querer, ter vontade, ambicionar, apeteer, ansiar, anelar, aspirar, cobiçar, atração sexual. Chegamos, como escreve Aduauto Novaes, a achar, sob todos os olhares e no caso do filme de Deepa Mehta sob o do oriente, que “nossos desejos, não são naturais, sendo, portanto, estranhos ao nosso corpo e a nossa alma”. Essa estranheza é sentida no filme e sentimos na vida.

O fogo, segundo Marilena Chauí, que era o símbolo do desejo no mundo encantado, é cantado nesses versos de Giordano Bruno:

*“O desejo no mundo encantado:
Amor é fogo que arde sem ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer...”*

Vários são os motivos, na história, que leva ao fogo, que queima a alma e encendeia os corpos. No filme um acidente/incidente também leva ao fogo, que na sua concretude devora objetos, corpos, desejos e amores. Mas o fogo que tudo destrói leva – para um novo patamar, sob novas condições e com outra experiência – à reconstrução.

Dr. Rosinha

SITES DA ESQUERDA NA INTERNET

<http://www.lcr-rouge.org/>

É o site da Liga Comunista Revolucionária (LCR), seção francesa da IV Internacional. Através dele é possível ter acesso a matérias do seu jornal semanal *Rouge* e aos documentos públicos da LCR (todo o material está em francês)

http://www.rcc.rcc.com.ar/america_libre/

É a versão de internet da revista latinoamericana *América Libre* que Frei Betto dirige. Tem muito material da esquerda hispanoamericana. Todos os artigos estão em castelhano.

<http://www.labournet.org/>

É o site de uma rede de informação sobre lutas sindicais. Tem uma versão elaborada no Reino Unido que é a mais completa (<http://www.labournet.net/>). Recentemente foi aberto um com parte do material traduzido ao castelhano (<http://www.labournet.org.uk/spanish/>). Há muita informação sobre movimento sindical e lutas operárias do mundo inteiro.

A PROIBIÇÃO DO CULTIVO E CONSUMO DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS RECOLOCA O DEBATE SOBRE OS GRANDES MONOPÓLIOS QUE CONTROLAM ESTE SETOR.

ELVINO BOHN GASS

A biotecnologia é a grande novidade científica do atual estágio de desenvolvimento da humanidade. Como diz Jeremy Rifkin em seu livro *O Século da Biotecnologia*, a engenharia genética representa nossas mais acalentadas esperanças e aspirações bem como nossos mais obscuros temores e desentendimentos. É muito provável que as esperanças e aspirações de Rifkin, um autor americano polêmico e discutível, não sejam as mesmas do povo brasileiro, mas certamente os temores e desentendimentos que ele refere, atingem a humanidade inteira.

No caso específico dos alimentos transgênicos o domínio sobre as técnicas de modificação está restrito a meia dúzia de multinacionais que vêm atuando num movimento organizado de compra, fusão, associação ou simplesmente captação de todos os centros de pesquisa de menor porte e das empresas sementeiras localizadas nos mais diversos países. Tanto assim que hoje pode-se afirmar com segurança que a biotecnologia agrícola do planeta é dominada por grandes empresas, todas localizadas nos Estados Unidos (a maioria), Alemanha e Inglaterra. São elas: *Monsanto, Dupont, Novartis, Agrevo, Zeneca e Dow Agro Sciences*.

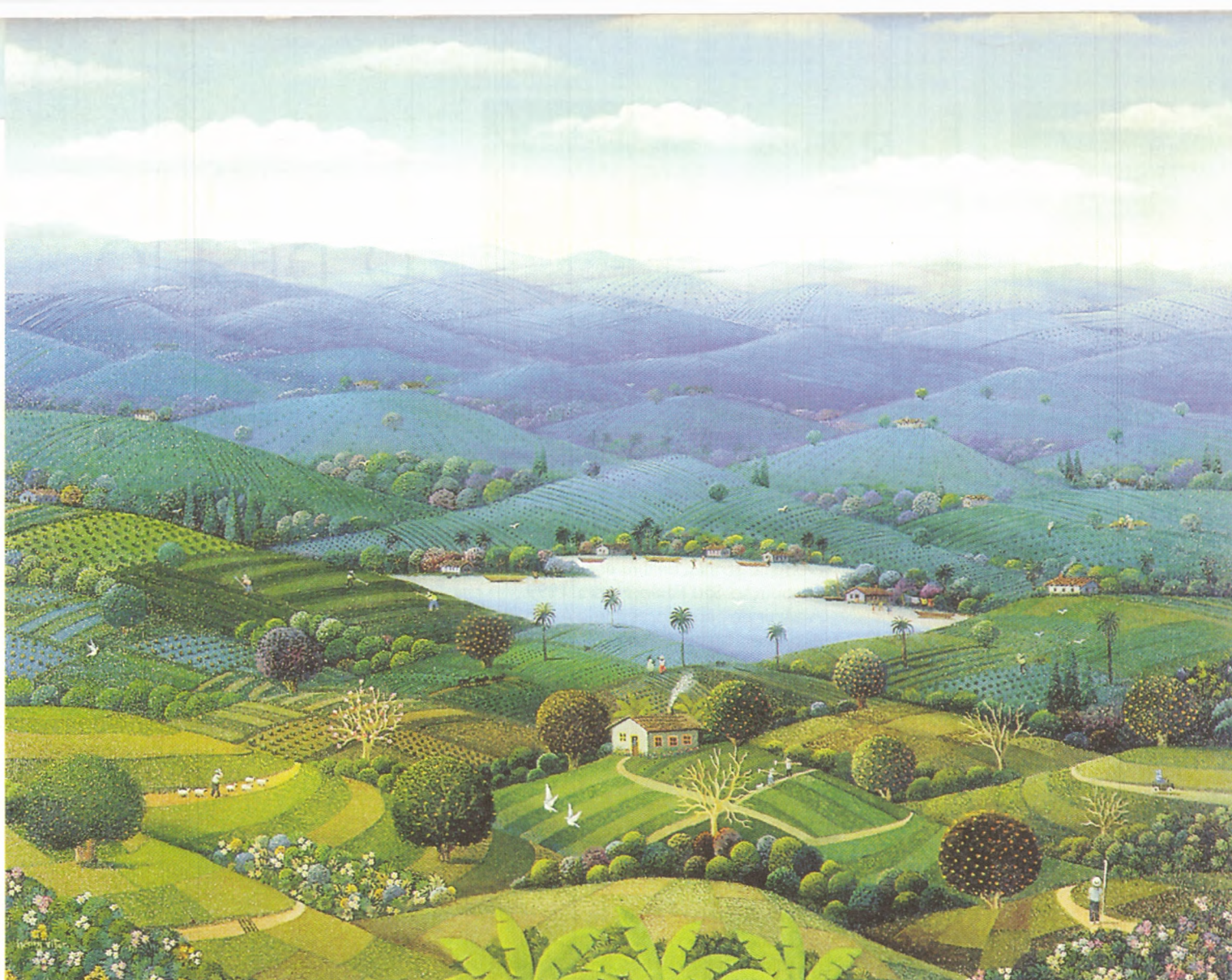
REAÇÃO VITAL

A reação a este movimento é uma questão política de importância vital, já que estas empresas buscam o domínio sobre a produção de sementes e sua distribuição, ou seja, o que está em jogo é o domínio do mercado de alimentos. Não estamos falando propriamente de uma novidade. A estratégia de dominar o mundo através dos alimentos já foi explicitada pela Comissão Trilateral. O que há de novo são os instrumentos tecnológicos de que estas empresas estão lançando mão e que podem levá-las a atingir, efetivamente, o controle desejado.

É o caso, por exemplo, da apropriadamente chamada "tecnologia exterminadora", uma técnica que altera a semente geneticamente de maneira que esta não germine ao ser replantada. Esta tecnologia visa impedir que agricultores preservem as sementes de suas colheitas para replantá-las no período seguinte. A *Delta & Pine Land Company* (comprada pela *Monsanto*) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos solicitaram a patente desta tecnologia em 78 países.

A *Zeneca*, por sua vez, já criou o "Verminator", uma espécie de resposta européia à tecnologia da *Monsanto*. Esta "novidade" biotecnológica mata sementes ao "acionar" quimicamente genes de ratos que foram inseridos nas sementes.

Tais exemplos concedem às indústrias multinacionais de sementes e agroquímicos, uma capacidade de controle de suprimento alimentar mundial extremamente perigosa e sem precedentes, já que estas empresas controlam o mercado de sementes no planeta. No caso brasileiro, por exemplo, só a *Monsanto* controla mais da metade do mercado de sementes de milho.



NÃO ESTAMOS À VENDA

DOIS DISCURSOS

A determinação destas empresas gigantes em utilizar as tecnologia mortais que desenvolveram é evidente, mesmo que, em público, isto nunca seja admitido. Mas a posição adotada por elas na reunião dos conselheiros científicos para a Convenção de Biodiversidade das Nações Unidas ocorrida em Montreal, em junho deste ano, não deixa dúvidas sobre as verdadeiras intenções. Nesta reunião, a posição dos Estados Unidos (país que não assinou a Convenção de Biodiversidade), foi veementemente contrária a qualquer proposta de moratória para tecnologias como o "Verminator" e a "Exterminadora".

É importante saber que estas são tecnologias potencialmente fatais e que transformam a semente, fonte de vida, num organismo estéril, tal qual um grão de areia. A questão do mercado é o aspecto visível de todo este movimento. O que não se vê são as reais implicações que a modificação genética pode causar na biodiversidade do planeta e o impacto nos reinos animal e vegetal.

Para o professor Rubens Onofre Nodari, pesquisador da UFSC, por exemplo, o desenvolvimento de uma planta transgênica ainda não pode nem mesmo ser considerado como uma tecnologia. Diz ele que "em nível industrial ou mesmo biológico, tradicionalmente uma tecnologia está associada com previsibilidade, controle e reproduzibilidade. É a tecnologia dos organismos geneticamente modificados se caracteriza pela ausência desta previsibilidade, ausência de controle dos sítios alvo, ausência de controle do destino do transgene ou partes dele, ausência de controle nas mudanças de expressão gênica, ausência de controle no ecossistema e ausência de reproduzibilidade".

Ora, o princípio da precaução, estabelecido na Convenção de Biodiversidade (assinada durante a ECO 92) está essencialmente ligado ao aspecto ético que deve nortear qualquer iniciativa do homem, sob pena de ele incorrer em erros irreparáveis. Os cientistas não conhecem tudo antecipadamente, mas têm o dever de alertar a população sobre os riscos a que ela estiver sujeita.

"NOSSOS CORPOS, PLANTAS E ANIMAIS; NOSSO AR, ÁGUA, TERRA E SOLO NÃO SÃO MERCADORIAS, NÃO SÃO PASSÍVEIS DE PATENTEAMENTO E NÃO ESTÃO À VENDA. QUANDO UM SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS VIOLA OS DIREITOS DOS CIDADÃOS E A ORDEM NATURAL DOS ECOSISTEMAS DO PLANETA, É FUNDAMENTAL QUE NÓS, POVOS, FAÇAMOS USO DE NOSSA INALIENÁVEL LIBERDADE DE CORRIGIR TAIS ABUSOS."

DECLARAÇÃO DE VANCOUVER SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA, MAIO/98

A FALÁCIA DA FOME

Os defensores dos transgênicos apontam a biotecnologia agrícola como a nova solução para os problemas da fome no Terceiro Mundo, enquanto seus representantes tupiniquins afirmam que a não adoção da tecnologia no Brasil resultaria em perda de competitividade de nossa produção agrícola no mercado internacional. Este filme nós já vimos: o discurso é o mesmo utilizado nos anos 60 e 70, quando foi implantado o pacote tecnológico da Revolução Verde na América Latina, África e Ásia. O discurso de um tempo em que o crescimento da produção e produtividade agrícolas era apontado como solução para a fome do mundo. Décadas depois as conseqüências sociais e ambientais da Revolução Verde são amplamente conhecidas.

O indiano Amartya Sen ganhou o prêmio Nobel por ter demonstrado que a fome existe e cresce no planeta não porque não sejam produzidos alimentos suficientes, mas pela distribuição injusta da riqueza. A produção e consumo de transgênicos saciaria apenas a fome de lucros das poucas e poderosas empresas multinacionais de sementes e agrotóxicos. Para o meio ambiente, resulta em uma maior degradação. Para os agricultores, certamente resultará numa maior dependência em relação a essas empresas e na perda de mercados para seus produtos. Para os consumidores, na ingestão de substâncias de efeitos desconhecidos. Para os governos, na subordinação dos interesses de seus cidadãos aos interesses

de meia dúzia de multinacionais. Está em jogo o futuro agrícola do país.

FHC, CTNBIO E OUTROS RISCOS

No Brasil, a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que tem a função de examinar a segurança dos organismos geneticamente modificados – concedeu, em pouco mais de dois anos, mais de 300 pareceres favoráveis à liberação orgânica geneticamente modificados.

A CTNBio aprovou, também, baseando sua análise exclusivamente na documentação fornecida pela própria *Monsanto*, a liberação da soja *Roundup Ready*, objeto do primeiro pedido para uso em escala comercial no país.

Para a *Monsanto*, a rápida aprovação da soja transgênica no Brasil é questão chave em sua estratégia de mercado: somente assim conseguirá impor seu produto aos consumidores europeus hoje resistentes.

Apesar da irresponsabilidade de FHC e dos seus ministros, a Justiça concedeu liminar ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e ao *Greenpeace*, exigindo um estudo de impacto ambiental para liberar a produção em escala comercial da soja modificada.

O governo democrático e popular do Rio Grande do Sul luta para impedir a produção e comercialização de alimentos contendo organismos geneticamente modificados em solo gaúcho. É o que propõe o Projeto de Lei que apresentamos à Assembleia Legislativa gaúcha.

Impedir o cultivo e consumo de alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul significa, garantindo os direitos dos cidadãos gaúchos e zelando pelas próximas gerações, recolocar o debate em nível nacional e fortalecer a resistência que milhares de pessoas, em todas as partes do mundo, têm oferecido a mais essa irresponsabilidade patrocinada por grandes empresas multinacionais e por governos que a elas são submissos.

ELVINO BOHN GASS É DEPUTADO ESTADUAL E SECRETÁRIO AGRÁRIO DO PT NO RIO GRANDE DO SUL.